



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

-----No dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----2 - Fixação das Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre imóveis, para vigorar no ano de 2018; -----

-----3 – Fixação da Taxa de Participação Variável no IRS do Município de Lousada, para vigorar no ano de 2018; -----

-----4 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2018;-----

-----5 – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018; -----

-----6 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018; -----

-----7 – Aprovação de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigentes Intermédios de 1.º e 2.º grau para o mandato em curso;-----

-----8 – Aprovação do Regime Excecional de Regularização de Dividas ao Município de Lousada;-----

-----9 – Autorização para Realização de Obras ou Reparações por Administração Direta, até ao valor de 997.595.79€;-----

-----10 – Aprovação da Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico; -----

-----11 - Aprovação do Acordo de Execução Relativo Obras e Melhoramentos na Rede Viária e espaços Públicos;-----

-----12 – Aprovação de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Lousada no Âmbito do regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas;-----

-----13 – Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, sociedade Unipessoal, Lda., EM – Aprovação de Designação do Fiscal único, bem como do respetivo suplente e respetiva remuneração para o quadriénio em curso; -----

-----14 – Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda., EM - Aprovação da Minuta do Contrato-Programa para o Ano de 2018;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- 15 – Projeto de Interesse Municipal Famo - Industria de Mobiliário de Escritório, LDA - Concessão de Benefícios Fiscais Municipais - Renegociação/Aditamento;-----

----- 16 – Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Relatório Semestral relativo ao 1.º semestre de 2017;-----

----- 17 – Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Relatório de Execução Orçamental e Financeiro do 3.º Trimestre de 2017;-----

----- 18 – Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Instrumentos de Gestão Previsional do ano de 2018;-----

----- 19 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para:-----

a) Conselho Municipal de Educação;-----

b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

c) Conselho Cinegético Municipal;-----

d) Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

e) Representante no Conselho de Comunidade do ACES Tâmega III;-----

f) Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens, Lei nº 147/99 de 01/09.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Júlia Maria Ribeiro, Maria de Lurdes Castro, António José Mendes, José Bernardino Nogueira, João Carlos Correia, Luciana Isabel Dias Martins em substituição de António Filipe Barbosa, João Carlos Fonseca, Ricardo Bessa Marques, Eduarda Filipa Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria do Céu Vieira da Rocha, José Manuel Gonçalves, Luís Filipe Oliveira, Jorge Manuel Furtado, Rúben João Bessa, Cidália de Lurdes Neto, Maria José Meireles, Antero Correia, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da junta de Freguesia de Caide de Rei, Armando Jorge Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Paulo Abílio Santos, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e um membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Ana Rita da Costa Neto (em substituição do senhor vereador Leonel Vieira), Manuel António Nunes, Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Maria Silva, Sandra Maria Silva e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que Ricardo Filipe de Moura Ribeiro substitui o membro Sandra Maria Ferreira Teixeira que comunicou uma ausência por trinta dias e Luciana Isabel Dias Martins Monteiro substitui o membro António Filipe Cardoso Barbosa, que comunicou uma ausência por trinta dias. E que foi comunicado a constituição de três Grupos Municipais: PS, PSD e CDS. E por fim lembrou que no final da sessão se realiza a eleição para Assembleia Intermunicipal da Comunidade do Tâmega e Sousa, só com membros eleitos diretamente. -----

----- De seguida foi apresentado a proposta número dezasseis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do membro desta Assembleia, José Bernardino Pinto Nogueira”.-----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Maria Cândida Novais.-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dezasseis foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. António José Pacheco Mendes do Grupo Municipal “CDS-PP”: «Quería cumprimentar todos os presentes sem ir por grandes formalismos. Penso que não se põe nesta condição de todos os Lousadenses e que estamos aqui para servir esta comunidade. Pela parte do CDS-PP gostaríamos de dizer que é com orgulho e com satisfação que estamos aqui, para defender os interesses da nossa terra, para podermos trazer algumas ideias que possam contribuir para o melhor desempenho, que ela possa ter junto das pessoas, junto dos nossos cidadãos. E para se impor também a nível nacional como um bom exemplo de boas práticas. Quero dizer também que a inexperiência não ajuda muito, somos novos, somos dois inexperientes nesta matéria. E de facto em relação a boas práticas, fomos confrontados com uma situação que eu queria lamentar. Como disse estamos aqui o nosso Grupo Municipal com intenção de bem servir e não nos foi facultado tudo o que era necessário não nos deram todas as condições, para que isso fosse feito. Gostaria de fazer aqui este reparo, porque de facto, pouco mais de quarenta e oito horas, que é o que a lei obriga, foi-nos dado a informação. Estamos perante uma Assembleia bastante importante, creio eu, deviam-nos ter o facultado. Pedia que no futuro o fizessem. Tanto mais que é a primeira Assembleia que estamos presentes, logo após as eleições, enfim, a primeira não foi, foi a tomada de posse e pouco mais. Gostaria de deixar esta nota e gostaria imenso que dignificassem esta Assembleia, porque de facto são matérias muito importantes, mais do que aquelas em que se vem para aqui discutir, às vezes, comezinhos e pouco mais. Esta é uma Assembleia muito importante e confesso, para além da inexperiência e de ser neófito, não me consegui preparar suficientemente e daí peço desculpa, se é por inaptidão ou por incapacidade, mas sinto-me pouco à vontade para isso. Não queria dizer muito mais a não ser, desejar um bom trabalho a todos vocês, ao público presente também. É importante que estejam presentes, que nos ouçam, que marquem com a vossa presença e até com as vossas intervenções.» -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Ricardo Filipe Moreira Pacheco, em substituição do membro efetivo Sandra Maria Teixeira e Elisa Maria Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia do Torno.-----

----- Intervenção da Sra. Júlia Maria Ferreira Ribeiro do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretário da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados Municipais, senhores presidentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. No início deste mandato autárquico e também a minha primeira intervenção nesta Assembleia, quero a todos cumprimentar e desejar um excelente mandato. Mandato que espero, de boas decisões, a favor do desenvolvimento do nosso concelho e do bem-estar de todos os Lousadenses. Concluído o processo eleitoral, é chegada a hora, de cada um de nós assumir com responsabilidade os cargos para que fomos eleitos. Aos que lideram o município é exigida uma gestão rigorosa, transparente e verdadeira. A nós oposição assiste-nos a obrigação de fiscalizar e apresentar propostas concretas, para desenvolver Lousada e para ajudar a resolver os problemas reais dos Lousadenses. Da Bancada do PSD podem esperar cooperação, propostas e uma oposição construtiva. É isso que eu espero. Não esqueceremos os muitos milhares de Lousadenses que em nós depositaram confiança. Neste mandato apresentaremos propostas de acordo com o nosso projeto, que será para todos os Lousadenses. Recordo que o nosso projeto de desenvolvimento para Lousada privilegia a educação, a coesão social e o desenvolvimento sustentado do território. Lousada espera muito de todos nós.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Senhor presidente da Assembleia, restante mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados, imprensa aqui presente e restantes cidadãos. A Autarquia Lousadense independentemente de concordarmos ou não com as decisões que têm tomado na área da educação. O facto é que sempre atribuiu grande importância a esta área, considerando-a que é merecedora de grande investimento, pois dela depende o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens. É também uma área que privilegiamos, como referiu a Dra. Júlia e por isso, é uma área da máxima importância. Tendo em conta isto, é com alguma estranheza, que mais uma vez, assisti à nomeação de representantes autárquicos para os conselhos gerais dos agrupamentos da escola do concelho. O assunto não é novidade. Já há quatro anos questionamos o senhor presidente da Câmara, sobre os critérios de nomeação dos representantes autárquicos, na altura, nomeadamente no que diz respeito aos presidentes de Junta nomeados para integrar os conselhos gerais. Eu sei que essa é uma competência que, unicamente, diz respeito ao senhor presidente de Câmara que também, que nomeados não têm que ser presidentes de Junta. Gostaria de dizer que concordo com o facto de presidentes de Junta integrarem os conselhos gerais dos agrupamentos, porque são os agentes mais próximos da população, que melhor conhecem a realidade e que melhor podem defender



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

os interesses, portanto das populações abrangidas pelos ditos agrupamentos. No entanto, reparei que mais uma vez não existe um único presidente de Junta da Coligação nomeado para esse efeito. E noto o seguinte, em pelo menos dois agrupamentos, a maioria da área geográfica de influência dos mesmos está sobre a responsabilidade de presidentes de Junta da Coligação. E dou um exemplo; do Agrupamento de Escolas do Dr. Mário Fonseca. O Agrupamento Escolas Dr. Mário Fonseca é constituído, se não estou em erro, por onze escolas. A escola sede, em Nogueira, portanto integrada na União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. A E.B. 2/3 e Secundária de Lustosa na União de Freguesias Lustosa e Santo Estevão e mais nove Escolas Básicas ou, e com ensino Pré-Escolar, sete das quais, também estão em freguesias geridas pela Coligação. Só duas escolas é que não estão, as de Macieira e São Miguel. Curiosamente, o presidente da Junta que integra o conselho geral deste Agrupamento é o senhor presidente de Junta de Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida, e muito bem, porque realmente, reconhece-lhe competências. No entanto, eu pergunto, se não há nenhum presidente de Junta da Coligação a quem o senhor presidente de Câmara reconheça competências para integrar um órgão desta natureza, nenhum, não há nenhum. É que estamos a falar de vários presidentes de Junta sufragados pela população, em quem a população depositou grande confiança e que conhecem como ninguém a área geográfica de intervenção dos Agrupamentos. Não estariam mais habilitados para defender os interesses das crianças e jovens que frequentam essas escolas? A mim parece-me óbvio que sim, conhecem muito melhor a realidade e realmente estariam mais habilitados. Mas isto é a minha convicção. Portanto, julgo que não reconheceu competências a ninguém da Coligação, porque já o disse no passado também, que um dos critérios é a competência. Portanto, julgo que não reconheceu competência alguma. Não sei se será alguma presunção, provavelmente é alguma presunção da parte do senhor presidente. Sobre esse ponto não tenho muito que argumentar, porque realmente nesta questão da presunção como diz o povo “presunção e água benta cada um toma a que quer”. No entanto, gostaria de que refletisse sobre isto, acho que é importante, refletirmos sobre ela, numa altura em que se fala de Municipalização da Educação, se as coisas já vão assim sem Municipalização da Educação, o que seria com a Municipalização da Educação. Também sei que o senhor vereador da Educação, no passado já se mostrou várias vezes contra a politização destes órgãos e julgo que continuará com a mesma opinião. Gostaria ainda de trazer um outro assunto. Eu tenho aqui uma carta em mãos, datada de 15/06/2012, portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isto são mais de cinco anos, cinco anos e meio. Foi um cidadão que me a fez chegar e que diz assim: “A ligação às redes municipais de água e água residuais é obrigatória, de acordo com o disposto no artigo terceiro A do regimento de sistemas prediais de distribuição de água e drenagem de água residuais em vigor neste Município. Pelo exposto é concedido a V. Exa. o prazo de dez dias, (dez dias a negrito e sublinhado) para que se desloque ao Atendimento Geral deste Município, no sentido de requerer as ligações dos ramais de abastecimento de água e saneamento bem como colocação de contador devendo ser portador dos seguintes documentos...” para o caso não me interessa estar aqui a ler. Ora, o certo é que a pessoa em causa, de acordo com aquilo que tinha sido pedido, pedido não, isto é apresentado como uma obrigação. Dirigiu-se aos serviços para pedir realmente a ligação e foi o que aconteceu. Fez a ligação, pagou em doze prestações a ligação, que agora como se sabe já não existe essa necessidade desse pagamento e continua a pagar o valor mensal. O certo é que o munícipe em causa olha para o lado de sua casa e vê que o seu vizinho ainda não procedeu a esta ligação. E então questiona-se eu tinha dez dias, fui a correr, gastei duzentos e cinquenta euros para fazer a ligação pago em doze prestações e o meu vizinho não fez nada disso. Portanto, há um ano atrás, questionei o senhor presidente e o senhor presidente falou em uma atitude pedagógica. Todos concordamos com ela, inclusivamente eu. Eu estou a dizer que concordei e queria perguntar ao senhor presidente, o resultado dos cinco anos de pedagogia, porque há um ano atrás eu fiz-lhe esta mesma questão e disse-me que não sabia na altura os números exatos, realmente há pessoas que ligam e outras desligam. O que quero eu perguntar, novamente é, quais são os números desta pedagogia, quantas pessoas é que se ligaram à rede, sem que seja para efeitos de obtenção da licença de habitação? Quantas? Nos últimos tempos, no último ano, nos últimos dois anos, como entender. Poder ser o último ano. Já que há um ano não tinha essa resposta, se a tivesse agora, gostaria que me a desse.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Fernando Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém.-----

----- Intervenção da Sr. Ricardo Bessa Marques do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Senhor presidente da Mesa e restante Mesa, senhor presidente e restantes vereadores, senhores deputados e senhoras deputadas, estimado público e comunicação social. A JSD sempre se pautou por defender os interesses dos jovens Lousadenses, por votar e apelar a mais e melhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

condições e acessos para juventude. Nas últimas Autárquicas, a Coligação Lousada Viva, apresentou como medida para as bolsas de estudo a duplicação do seu valor. Achamos que o valor atribuído é irrisório e que a sua duplicação no orçamento global da Câmara Municipal, não é significativo nem se traduzirá no maior encargo financeiro para Autarquia. Investir no futuro dos nossos jovens, é investir no nosso futuro, no futuro do nosso concelho. Deve ser sempre uma prioridade deste executivo. Assim, apelamos à importância desta medida para os jovens deste concelho e uma vez que no orçamento apresentado por este executivo não está explícito o valor real atribuído às bolsas de estudo. Eu pedia ao senhor presidente para esclarecer esta Assembleia de qual valor real que irá atribuir às bolsas de estudo. Apelando que vá ao encontro do valor proposto por nós.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). ---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, estimados colegas, excelentíssimo público, comunicação social presente. Como é óbvio, no início dos nossos trabalhos, no início de mais um mandato o Partido Socialista tem o desejo de que esta Assembleia corra com toda a naturalidade, com toda a normalidade, com civismo, com responsabilidade democrata e com o empenho de todos nós que representamos os cidadãos de Lousada. Apreciamos, como é óbvio, o empenho e abertura de todos os Grupos Municipais, no sentido de dialogarmos e de continuarmos a defender uma causa maior que aqui representamos que são os nossos concidadãos. Lousada está e estará sempre em primeiro lugar para todos nós e portanto, como é óbvio, é de enaltecer essa abertura e como é óbvio teremos de a incentivar.» -----

----- Intervenção da Sr.^a Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, caros membros da Assembleia, senhores presidentes de Junta, comunicação social e restante público. Na sequência, da comunicação da Dra. Cidália Neto, cumpre-me fazer uma análise da mesma que me parece bastante simplista. Os representantes autárquicos nos conselhos gerais são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

da competência do senhor presidente da Câmara, ora são eleitos pelo Partido Socialista e são aqueles que se identificam com o projeto educativo do Partido Socialista. Ora, a meu ver ainda que os senhores presidentes de Junta sejam conhecedores da realidade educativa, provavelmente não se identificariam com o projeto educativo que foi a sufrágio pelo Partido Socialista. Portanto parece-me lógico que sejam essas as pessoas escolhidas pelo senhor presidente.» -----

Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Mesa, secretária e senhor secretário, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores restantes vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e comunicação social. De facto, estou abismado. É a palavra que posso concretizar com as últimas palavras que ouvi até da Bancada do Partido Socialista. Já lendo aquilo que foi as atas da reunião de Câmara, quando se trata da escolha dos representantes para os conselhos das escolas, das assembleias, fiquei de facto, volto a dizer a palavra, abismado, com a posição do senhor presidente da Câmara que assumiu efetivamente que a nomeação, é uma nomeação política. É uma nomeação política, ou seja, efetivamente está nas atas, basta ler. Agora, o Partido Socialista confirmou mais uma vez que os conselhos gerais estão politizados em Lousada. Os conselhos gerais estão politizados em Lousada, ou seja, a escolha dos representantes que o Município tem para os conselhos gerais, única e exclusivamente se alinha por um critério político. De arregimentar uma votação, para controlar o conselho geral. No meu ponto de vista e escutando ou voltando atrás áquilo que foi até um discurso muito interessante e muito positivo e que eu dou os parabéns ao senhor presidente da Assembleia, que fez no início, quanto tomamos posse, dizendo que de facto entramos num espaço de diálogo democrático, é importante a democracia. Efetivamente a democracia só tem um lado, que é o lado do poder, do partido único, ou seja, de quem está no poder e pensa que ganhando com maioria pode fazer tudo o que quer e que lhe apetece em todos os locais. Não escutando a população e não percebendo a representatividade que existe também a esse nível. E portanto, lamentavelmente estamos perante uma situação que já nos tínhamos habituado só precisávamos de confirmação e aqui a temos hoje, muito lamentavelmente.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Com todo o respeito que tenho pela Cidália. A Cidália estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aqui a falar e eu até comentei com os meus colegas, isto parece um frete ao Dr. Fausto, via-se logo, que estava aqui tudo encaminhado. Portanto não era o caso do Dr. Taveira, só podia ser o caso do Fausto que vinha aqui defender. Eu percebo, poleiro. Hoje em dia gosta de encher o peito, e eu percebo essa necessidade, todos nós sabemos. Aquilo que foi dito é para manter, como é óbvio, o Partido Socialista pelo menos desde mil novecentos oitenta e nove. E há uma coisa que eu quero-lhe dizer, daqui a dois dias faz vinte e oito anos que o Partido Socialista está no poder em Lousada. Portanto mais dois anos e teremos um veículo histórico na oposição. Como é óbvio nós temos uma ideia de educação para Lousada. Nós quando tomamos conta de Lousada, Lousada tinha um dos maiores índices de abandono escolar, pois, você ri-se, mas a verdade é que neste momento, Lousada é um concelho exemplo. E foi ao longo dos últimos anos, e certamente, não foi por causa das vossas políticas, não, foi por causa das políticas que foram implementadas pelo Partido Socialista. E sim, como é óbvio se a lei não impõe outro qualquer critério que não seja nomeação de representantes por parte do Município. O Município é livre de escolher os representantes que acha que melhor defendem os interesses do Município nessa comissão. Agora, uso de poder, mas essa comissão só tem os representantes indicados pelo Município? Isso faz com que seja um órgão manipulado, só porque tem representantes que nem sequer representam a maioria nesse conselho que são nomeados pelo Município? Há aqui qualquer coisa de errado, e até lhe digo mais, não me parece que isso tenha influência alguma, a não ser que ponha em causa as pessoas que são nomeadas pelo executivo e aí teremos de analisar isso subjetivamente. Ter-me-á de dizer que as pessoas que são nomeadas pelo executivo não representam uma mais-valia com as qualidades que detêm. Não precisam de ser presidentes de Junta, podem não ser presidentes de Junta, depende. E quanto a isso das maiorias é sempre bom que o diga. Você diz aqui que quem tem a maioria tem o poder e não ouve os outros. Se calhar na sua União de Freguesias também devia começar a ouvir os outros, porque eu acho também que não ouve, e se você acha que isso se aplica aqui, então também vamos aplicar na terra a que preside. Vamos fazer a mesma coisa e se calhar aí você diz assim: *“Ei pá, oh Correia, tens razão, falhei”*.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O presente ano foi proclamado pelo nosso Município como ano Municipal do Ambiente e da Biodiversidade. Ao longo dos últimos doze meses verificou-se uma estratégia integradora que visou não só a sensibilização e educação ambiental dos Lousadenses. Como também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

promoveu a sua participação e envolvimento em diversas iniciativas e projetos. Iniciou-se o programa Biolousada, deu-se continuidade ao projeto “Plantar Lousada” e “Lousada Charcos” e criaram-se iniciativas como o projeto “Lixo Sustentável”, “Bio Escola” e “Fundo Lousada Sustentável”. Valorizou-se o ambiente e a natureza das mais diversas formas, como exposições, caminhadas, jornadas, festivais, teatro e ofereceram-se livros às crianças das escolas. Criaram-se espaços verdes e alterou-se a iluminação pública, cem por cento LED, sendo o primeiro concelho a nível nacional a fazê-lo, mostrando claramente que é um Município que se preocupa com o ambiente e sabe investir o dinheiro público. Mas há um projeto que gostaria de salientar, o projeto “Plantar Lousada”, que tem o objetivo de plantar dez mil árvores no Município de Lousada até dois mil e dezoito. Melhorando a qualidade ambiental no concelho e a qualidade de vida dos munícipes. Assim desde dois mil e dezasseis já permitiu plantar quatro mil e quinhentas árvores de vinte e duas espécies em cerca de dez hectares de áreas degradadas. Em primeiro lugar eu gostaria de salientar este projeto, e podem perguntar-me porquê. Em primeiro lugar, porque, depois da enorme tragédia que este ano ocorreu no nosso país, é preciso repensar a floresta, e Lousada está no bom caminho, mais uma vez. Em segundo lugar, pelo envolvimento social que gerou. As ações foram coordenadas pela autarquia, mas só foi possível graças ao envolvimento de cerca de setecentos voluntários e vinte e cinco instituições que colaboraram com cerca de três mil horas de trabalho para esta causa ambiental. Inclusive é uma enorme satisfação ver que até os elementos do executivo arregaçaram as mangas e plantaram árvores. Neste final de ano, surgiram duas novas campanhas que já foram alvo de notícia em alguns jornais locais e nacionais. A iniciativa “Plantar Lousada no seu quintal” que prevê disponibilização de árvores nativas a todos os munícipes que queiram beneficiar o seu quintal mediante o preenchimento de um formulário de modo a tornar Lousada mais verde. E a iniciativa “Plantar Lousada no Natal” que prevê nos estabelecimentos comerciais do concelho de Lousada aderentes a esta campanha e já são mais de cem. Por cada compra superior a trinta e cinco euros os Lousadenses recebem um voucher que dará direito a uma árvore nativa, a qual deve ser recolhida no ecocentro, onde recebe uma explicação sobre o processo de plantação. Ora, esta iniciativa promove não só a educação ambiental como o comércio local. Neste sentido posso afirmar que a preocupação com o ambiente tem sido uma constante no trabalho Municipal e assume uma clara relevância na agenda do executivo que se preocupou em fazer chegar a importância da proteção do ambiente a toda a população, promovendo uma maior consciencialização ambiental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Deste modo, quero felicitar o executivo da Câmara Municipal de Lousada liderada pelo senhor presidente Dr. Pedro Machado pela excelente dinamização destas iniciativas que na continuidade dos mandatos anteriores mantém Lousada como um Município que serve de exemplo a outros Municípios. Temos de facto um concelho sempre cada vez melhor, mais atento e mais preocupado.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Queria começar por saudar as intervenções da Dra. Júlia Ribeiro, Dr. António José, Dr. João Correia e Dra. Maria do Céu, aquelas intervenções mais generalistas que no fundo desejam que este seja o primeiro passo de uma caminhada de quatro anos de bom senso, de contributos válidos para aquilo que todos nós desejamos e defendemos que é o interesse comum e o desenvolvimento do nosso concelho. Da minha parte fica, seguramente, aqui o compromisso e a certeza de que verei sempre na oposição um parceiro nesse caminho. Pelo menos, com toda a honestidade é isso que faz sentido e é essa a minha postura, como sabem, muito embora, por vezes, as posições extremem e a discussão seja um pouco exacerbada, mas nunca devemos perder de vista essa preocupação. Relativamente à intervenção do Dr. António José, de facto é verdade, é muito pouco tempo para analisar documentos com esta importância. Eu já o disse também na reunião de Câmara que irei fazer um esforço, pelo menos nas prestações de contas e nos orçamentos, quer na própria reunião de Câmara, quer depois aqui na Assembleia Municipal, para apresentar esses documentos com mais antecedência, superior ao prazo legal. Todavia no caso em concreto isso resultou da circunstância de ter havido um ato eleitoral que de facto atrasou a feitura do orçamento. E portanto tivemos que andar a lutar contra o tempo e de facto foi o que foi possível, não conseguimos de facto dar aqui mais prazo, mas fica esse compromisso para no futuro darmos mais tempo para vocês fazerem essa análise. Relativamente à intervenção da Dra. Cidália Neto, a propósito dos conselhos gerais, eu destacava aqui duas afirmações que a Dra. Cidália Neto fez. Uma é que reconhece a importância estratégica que a educação desde sempre teve para o atual executivo e para os anteriores executivos do Partido Socialista em Lousada, apesar de muitas das vezes o PSD-CDS não ter concordado com as decisões e com as posições do Partido Socialista. Por outro lado disse também que relativamente ao senhor presidente de Junta da União de Freguesias Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida que lhe reconhece competência. Posto isto, convém ter presente de que este órgão – conselho geral – tem dezenas de elementos e nos termos da lei compete ao Município nomear três representantes. Em lado nenhum a Lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

refere que um desses representantes deve ser um presidente de Junta. Foi uma opção dos anteriores mandatos e entendi que não havia razões para alterar, mas poderia tê-lo feito. Poderia ter sido eu mais dois vereadores ou três vereadores e não havia discussão nenhuma. Não havia discussão nenhuma, era legítimo. E por isso não vejo qual é o vosso espanto. Eu considero-me um democrata, mas não sou anjinho, isso aí não sou! Posso parecer, e às vezes até faço por parecer, mas não sou! Eu não posso, de maneira nenhuma, pedir a um presidente de junta, eleito pela Coligação PSD-CDS, que muitas das vezes não concorda com as posições e a estratégia da Câmara, que defenda a nossa estratégia para a educação. Isto custa assim tanto a perceber? Eu não vejo qualquer razão para essa celeuma, sinceramente. E portanto o que eu disse na reunião de Câmara e reafirmo aqui, é que necessariamente tem que ser alguém que tenha perfil adequado e competência necessária, mas tem que ser alguém também que se reveja na nossa estratégia e na nossa política educativa. Se isto é difícil perceber, temos pena. E depois queria dizer aqui ao senhor Presidente da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga que, pelos vistos, é verdade que se arregimenta em Lousada, mais propriamente num determinado partido, basta ler a comunicação social. Mas não é o PS que faz isso. As pessoas que andam atentas vêem quem é que arregimenta e paga quotas aqui em Lousada. Relativamente à Dra. Cidália Neto, ainda sobre a questão da água e do saneamento, o que lhe disse há um ano atrás é verdade, é isso que temos procurado fazer. Só temos usado a “força” em casos extremos em que estejam em causa questões de insalubridade. E quando as pessoas pedem a ligação ao saneamento, obrigamos a que também se liguem à rede pública de água. Portanto continuamos a fazer esse trabalho de pedagogia, de informação, porque muitas das vezes as pessoas pensam que estão a consumir uma água de qualidade e nem sequer fazem as análises devidas à água do poço ou do furo. Mas o certo é que nos últimos tempos, sobretudo pela questão da seca, são cada vez mais as pessoas a pedirem, e com urgência, as ligações. E muitas das vezes é preciso fazer uma extensão ou outra de ramal e temos que andar nós, enfim, a dar urgência a esses pedidos. Neste momento não lhe posso dar dados concretos, números exatos, mas posso-lhe fazer chegar por escrito, depois desta Assembleia, os números de ligações, mas adianto-lhe que têm aumentado. Têm aumentado substancialmente, quer no saneamento por força da extensão de rede, quer na água também pelo facto das pessoas ao ligarem-se ao saneamento ligarem-se necessariamente também à água, mas também pela necessidade em si mesma, porque neste último verão houve muitos poços que nunca tinham secado e secaram. E portanto são cada vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais as pessoas a dar o devido valor à rede pública de abastecimento de água. Depois ao nível de receita, se reparar no orçamento, prevê-se um aumento significativo de receita a esse nível. Tem que ver justamente com isso, com o facto de haver cada vez mais pessoas a aderirem, e bem, ao sistema de água e de saneamento. Relativamente à intervenção do Dr. Ricardo Bessa Marques, não sei se a vossa proposta era de duplicar o valor de cada uma das bolsas, ou se era de duplicar o número de bolsas atribuídas. Este ano atribuímos bolsas na ordem dos trinta mil euros e para o ano ainda não definimos um valor, mas haverá um reforço. Agora é evidente que ainda que fosse reforçado para o dobro, gostaríamos que fosse mais ainda. Houvesse condições orçamentais para o efeito. E repare, quem tem o dever de subsidiar os estudantes do ensino superior, em primeira linha, é o Estado. E como sabemos, existe a ação social escolar promovida pelo Estado. E portanto, o nosso apoio é mais subsidiário, mais complementar.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “PPD-PSD”:
«Antes só de, propriamente ir à intervenção que me traz aqui, eu não sei há bocadinho, se o deputado João Correia quando falou em “encher o peito” se estava a referir-se a mim. Era para mim? Falávamos da ligação à rede de água e saneamento. Eu congratulo-me com o facto de então termos aumentado o número de ligações, isso é muito bom. É bom para todos, porque poderá também significar, eventualmente, a curto ou médio prazo, uma descida no preço da água. Em relação às obras feitas que eu pude apreciar na comunicação do senhor presidente e também ao facto da Maria do Céu, não sei se posso prescindir das formalidades e também agradeça o mesmo, falou e bem de algumas questões que têm sido realizadas em Lousada, nomeadamente na área do ambiente e outras, falou inclusivamente que eram um exemplo. Eu queria realçar um aspeto que me parece que ainda está aquém daquilo que seria o desejável, tem a ver com a rede de saneamento. Justamente durante vários meses, inclusivamente mais durante a campanha eleitoral passamos por várias freguesias e são muitos os locais que ainda não têm saneamento. Estou-me a lembrar agora Cernadelo, Covas, Figueiras salvo erro, Aveleda. Há ainda muitas zonas onde não há saneamento e de facto seria premente esta obra, antes de outras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que porventura também são importantes, mas esta de facto, pedia ao senhor presidente que desse alguma atenção a este aspeto, porque realmente há aí zonas, muitos munícipes a queixarem-se desta situação.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu estou aqui a olhar para o meu caro colega e amigo João Correia, para quem normalmente às vezes vem para aqui de peito cheio, que é o costume, não é? Vem de peito cheio, está preocupado que alguns possam querer encher o peito. Pelo menos respirar devemos poder. E portanto em democracia devemos poder respirar todos e também isso faz parte de encher o peito. Agora caro amigo João Correia tem uma fixação na minha pessoa, que eu penso começa a ser doentia, não sei o que se está a passar. Tenho que começar a ficar preocupado, porque isto já vem de longa data e hoje confirmou-se mais uma vez, no início desta sessão municipal. Eu de facto, brincando um bocadinho com a situação, não João, não... Não se trata de cargos nem de outras coisas, aliás já noutras alturas e noutros momentos, um caríssimo deputado que aqui não está presente, o senhor Ferro, falava das casinhas e das casinhas e mais não sei o quê... quando se tratava da reforma administrativa e que agora toda a gente, afinal, eu quero ver daqui a dias o que é que vai acontecer com as casas e casinhas, depois do PS, por exemplo nunca ter assumido uma reforma administrativa para o concelho e agora, se calhar, por imposição do PS que está no governo, a ter que a reformular e a refletir. Mas isso falaremos mais tarde e estarei cá eu, estarei aqui para falar. Vamos ao assunto, conselhos gerais, pois, até posso concordar com o senhor presidente naquilo que disse, mas daquilo que tenho noção, posso estar errado, mas de facto uma das grandes vantagens dos conselhos gerais é a sua diversidade e complementaridade. Aliás os conselhos gerais têm representantes de todas as áreas, desde os professores, funcionários, comissões de pais e incluindo também a autarquia, etc. É sobretudo pela diversidade, pela complementaridade que um conselho geral pode ser um órgão que seja enriquecedor para a escola. E quando eu disse em termos de alinhamentos e de outras questões passa precisamente, e aliás até gostava de saber e era muito interessante saber, se efetivamente a participação de todos os representantes da câmara nos conselhos gerais se pautam precisamente por grandes propostas, por grandes afirmações ou apenas com a preocupação de ir votar na altura em que é necessário, mas isso era importante esclarecer. O que é importante de facto nos conselhos gerais, que é importante para a educação, porque os conselhos gerais são os que definem a política da escola, não é do Município, é da escola, dos diretores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

escolares, do que se passa nos agrupamentos e daquilo que se pretende para cada agrupamento, com o seu projeto educativo próprio. Cada escola tem o seu projeto educativo próprio, portanto não há aqui cópias, há aqui uma apropriação da realidade e uma resposta cada vez mais concreta à realidade e quanto mais complementar for a participação de todos os seus membros mais rica é a resposta e mais positiva é a resposta. E é assim que devia ser feito é assim que devia ser entendido os conselhos gerais e qualquer órgão, incluindo esta Assembleia. A diversidade, a qualidade da participação, a apresentação das propostas, torna esta Assembleia mais rica, torna este concelho mais rico pelas propostas que são apresentadas e pelo quadro de soluções que para o concelho são apresentados. É importante que comecemos a refletir de uma forma diferente de fazer política, de estar nas coisas, nas associações, nos conselhos gerais, seja a onde for. E é essa primeira questão que eu queria aqui colocar. A segunda questão, queria fazer uma interpelação à Mesa e também ao senhor presidente de Câmara, porque de facto estamos aqui numa casa que é a casa da democracia, eu queria interpelar o senhor presidente da Mesa, que de facto convocasse uma conferência de líderes, hoje não foi possível. Estamos aqui com três grupos parlamentares. Já estivemos a discutir isso, não é isso que está em causa, mas é importante fazer duas questões fundamentais: Primeiro lugar, fazer uma revisão muito efetiva democratizando o regimento interno desta Assembleia. Este regimento já tem muitos anos, tem muitos defeitos, um deles por exemplo, e que eu passo a citar é atirar para as duas da manhã ou meia-noite a participação do público. Se nós queremos ser efetivamente no concelho uma casa da democracia, devemos dar em primeiro lugar voz às pessoas, devemos dar a voz aos cidadãos de Lousada, para que façam a intervenção no início e não no fim, quando às vezes é uma hora, duas horas, três horas da manhã. Isso é contra, efetivamente, a participação democrática das pessoas. Eu estive a ver vários regimentos e muitos regimentos é assim que acontece, em muitos regimentos. Nós podemos fazer duas coisas, fazer o normal, aquilo que diz, aí a lei permite, a lei diz ou podemos ser diferentes mais uma vez e de facto começarmos por nós próprios a dar o exemplo da participação democrática. Mais uma outra interpelação que faço neste ponto, tem a ver com um assunto que nos afetou durante muito tempo no verão e que passadas as primeiras chuvas, se calhar já nos fez esquecer, proteção civil. Mais uma vez venho cá trazer este tema e há muito tempo interpelei o senhor presidente na necessidade de reunir com os presidentes de Junta, reunir com a proteção civil, no sentido de definir políticas concretas relativamente à proteção civil, onde estão por exemplo, a situação dos incêndios, onde está por exemplo, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

caso se houver cheias ou outras calamidades, nós pertencemos, teoricamente, como presidente de Junta, à proteção civil, mas efetivamente nunca reunimos. Acho que é hora de reunir, de prevenir, de definir estratégias, de ver quais os meios que temos, reforçar os meios para que depois, como aconteceu este verão, infelizmente não se chore sobre o leite derramado. E portanto sejamos mais preventivos na atuação desta situação. E uma outra interpelação também senhor presidente tem a ver com o serviço de obras. Gostava de questionar o senhor presidente relativamente ao serviço de obra. Há um conjunto de máquinas avariadas. Há no concelho espalhado um conjunto de situações que adiam a sua resolução sobretudo tapar buracos e outras situações que tendem progressivamente a ser adiados. Ainda hoje liguei para alguém, para além de mandar um email há mais de um mês, a dar informação de um conjunto de situações para resolver, liguei e as situações que me são ditas, não há material, não temos condições. Portanto senhor Presidente para quando é que vai haver uma resolução, relativamente aos buracos sobretudo no alcatrão, porque os outros já sabemos são da responsabilidade dos presidentes de junta.-----

----- Intervenção do Sr. Ricardo Bessa Marques do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Senhor Presidente realmente não podíamos estar mais de acordo, as bolsas não são da responsabilidade do Município. Ajudar os estudantes, mas se tivermos essa facilidade e se pudermos ajudar os jovens de Lousada a concluir o ciclo de estudo, ou até mesmo, a poderem ir para a universidade, acho que o devemos fazer, não podia estar mais de acordo consigo. Relativamente ao valor das bolsas de estudo. Eu acho sinceramente que podemos pensar em atribuir um valor mais elevado. Podíamos trocar perfeitamente uma festa e pegar nesse dinheiro e atribuí-lo à bolsa. Por outro lado também acho que era importante no orçamento, estar lá, explícito, o valor definido para as bolsas. Não faz sentido este ano, se calhar dá-nos jeito ter trinta mil euros para o ano só dá vinte cinco, daqui a quatro anos, se calhar, já dá jeito ter cinquenta mil.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ricardo era bom que tivesses defendido isso enquanto o teu governo não impediu que milhares de estudantes deixassem de usufruir do ensino superior por não terem condições económicas para o fazer. Claro que estou enganado. Todos nós sabemos aqui que estou enganado com esta afirmação. É de conhecimento comum. Aliás, nós tanto sabemos que vocês se preocupam assim tanto com a educação, que um dos vereadores do PSD, junto deste executivo questionou a existência de equipamentos escolares



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

em Lousada. Não houve nenhum desmentido, pelo menos político ou um afastamento político por parte da JSD quando há uma posição desse género de encerrar equipamentos escolares. Mas é sempre salutar ver que ao fim de tantos anos, alguém em nome e em representação da Juventude Socialista e dos cidadãos Lousadenses venha aqui preocupar-se com a educação e em especial e de bom grado a Juventude Social Democrata. Há outra coisa que a mim, é aquela coisa do “bem prega Frei Tomás”, olha para aquilo que ele diz, e não olhes para aquilo que faz”. Meu amigo Fausto, na União de Freguesias de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silvares, o público fala quando? É no início ou é no fim? Mas mais, há aqui um cenário macro que acho que nós não estamos a ver, isso é populista. Eu percebo a sua proposta, eu vou tratar por tu. Nós tratamos por tu lá fora. A tua proposta é populista e vou explicar-te porquê. Nós é que estamos aqui a falar em nome dos cidadãos. Se os cidadãos têm de facto um real interesse em ver as suas questões discutidas podem perfeitamente abordar-nos na rua ou mandar um email ou mandar um SMS e nós vimos aqui, como a tua colega a Cidália aqui fez hoje. Até veio aqui com a carta que o munícipe recebeu, expressar a opinião dele. O munícipe não precisa de estar lá em cima, no público para interpelar o executivo ou para colocar qualquer questão dessas. Até há o atendimento semanal. Portanto acho que isso é tentar vulgarizar algo, é populista pura e simplesmente. Mas se for unânime que isso deve ser assim feito, eu não vejo porque não. Acho que isso sinceramente, isto é a minha opinião pessoal, não vincula este Grupo Municipal, pode causar eventuais entropias ao funcionamento da Assembleia, por algum motivo é no final e não é no início. É minha opinião pessoal, será decidido da forma que vocês acharem mais conveniente. Depois deixa-me só dizer isto para terminar, eu não sou tão moderno.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «De facto há coisas que eu não consigo entender que é, ter a palavra aqui neste púlpito e dizer tudo o que lhe apetece, independentemente de pensar que é verdade ou mentira. E portanto senhor João Correia, eu acho que sobre a situação de que foi o PSD que reduziu e que impediu os alunos de participar no ensino superior, isso é mentira, peço desculpa. Peço desculpa que é mentira. Para começar é preciso compreender o âmbito em que o PSD governou, perante uma crise que todos já sabemos, que foi causada por um governo despesista, que gastou e que foi preciso depois a seguir pagar a dívida. Essa é uma questão que parece que toda a gente esqueceu, independentemente disso, o PSD sempre protegeu, e aliás houve medidas propostas, inclusivamente pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deputados da JSD, no sentido de aumentarem ainda as bolsas de estudo para os estudantes, valorizar ainda os estudantes, para que ninguém pudesse deixar de ter acesso ao ensino superior pelo facto de não ter condições para o facto. E portanto não se pode dizer aqui tudo o que se pensa, pensando que depois não há contraditório, por isso que a bancada do PSD e muitas vezes já tem acontecido, perante algumas intervenções, protesta. Protesta com razão, porque não se pode dizer de qualquer maneira tudo o que lhe apetece.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Aquilo que eu digo tem sustentação. Pena que a sua intervenção não tivesse sido mais longa, porque eu certamente iria encontrar as notícias que o desmentem claramente. Mas eu tal como o senhor presidente da Câmara vai fazer com a Cidália, eu far-lhe-ei chegar para o seu email as notícias e as estatísticas que demonstram precisamente isso. Eu há bocado não toquei num ponto. Por causa daquele ditado do “bem prega Frei Tomás” é que há outra coisa. Veio para aqui falar sobre os conselhos e nós dizemos-lhe que de facto as nomeações que este executivo faz, não aquece, nem arrefece, nem sequer são a maioria. Quando você fala em arrebanhar votos. Que votos? É lá que arrebanham votos? Os votos de quem? Para quê? E se assim é, imagine que é para isso. Se é para isso você diz que é. Qual é o interesse que vocês têm de ir para lá? É esse o vosso interesse? Não, foi isto que você disse. Você disse aqui, alto e bom som, vocês nomeiam pessoas para irem para lá, arrebanhar votos. E eu pergunto, que votos? Se aquilo só tem aplicação na escola, não é. E repare uma coisa, quer dizer, as escolas aplicam também aquilo que é o ambiente educacional que é sentido em Lousada. Se Lousada não apostar nas escolas não se preocupem que não vão ser elas, elas próprias a intervir politicamente. Não vão fazê-lo. Que votos, é que esses ditos representantes, vão para lá arrebanhar? Se é para esse facto, foi você que o disse, não fui eu. Se é para arrebanhar votos, que votos? E porque é que para quer lá ir?» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Antes de passar ao senhor presidente, dado que o senhor presidente da União de Freguesias, interpelou diretamente a Mesa, terei que dar-lhe nota do seguinte: Como efetivamente disse e pelo menos deu assim a entender, nós estamos a iniciar um mandato e uma das situações que está emergente é novamente a abordagem do Regimento. E portanto esta questão irá oportunamente ser objeto de uma conferência com os responsáveis de cada uma das Bancadas, no sentido de encontrar as soluções que se adequem e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que sejam pertinentes em função do circunstancialismo em que vivemos. Não obstante, eu quero aqui lembrar que essa solução já foi adotada. Não sei se nesta Assembleia estará alguém desse tempo. Já foi adotada durante um mandato inteiro e entendeu-se em função dessa experiência, a exemplo ao que acontece noutros sítios, também como diz, efetivamente não resultava. Portanto, foi por essa abordagem, com a vossa anuência, do vosso Grupo Parlamentar e dos outros, que efetivamente se voltou *status quo*. E portanto há razões objetivas para que isso aconteça. Poderão aqui agora, neste momento, dizer-se outras coisas quaisquer, eu admito sempre, a realidade não é imutável, não está congelada no tempo. Admito que possa haver. Agora esta experiência já foi vivenciada, e chegou-se à conclusão de que não resultava. Se efetivamente os senhores deputados entenderem que o sentido será diferente, com certeza, nesse momento, nessa altura que eu há pouco referi, será objeto dessa discussão. Esperemos isso possa acontecer ou não.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo à Dra. Cidália Neto, sobre a questão do saneamento. Como deve saber, o saneamento é de facto umas das áreas privilegiadas neste orçamento. Nós estamos com um volume de obra muito significativo, na ordem dos dois milhões de euros, nas três bacias, do Mezio, do Sousa e do Vizela e portanto com essas obras, que estão em curso, vamos de facto dar um salto quantitativo muito relevante. Vamos seguramente, aproximar-nos daquilo que é o nosso objetivo, que é cumprir com as metas europeias para a cobertura da rede de saneamento. E portanto, se é verdade que ainda há locais sem saneamento, também é verdade que a esmagadora maioria das edificações já têm esse serviço disponível, sendo também verdade que onde o serviço está disponível há ainda alguma resistência nas ligações. E por isso convém também termos o vosso apoio, todos nós somos importantes neste trabalho de sensibilização e de pedagogia, para que as pessoas que têm esse serviço à porta procedam às ligações. Fizemos esse esforço no passado de prescindir da receita, nomeadamente das tarifas dos ramais de ligação, porque o que nos interessa é que as pessoas liguem. Compreendemos que por vezes não é fácil, sobretudo nos agregados com maior fragilidade económico, quando têm que fazer obras dentro de casa para estabelecerem a ligação. No dia-a-dia, na fatura mensal, temos, como sabem, os tarifários sociais, com isenções da tarifa de disponibilidade, mas compreendemos que por vezes possa não ser fácil, para quem tem dificuldades económicas, de alterar e fazer obras dentro de casa. Portanto temos tolerado nessas situações. Relativamente à intervenção do Dr. Fausto Oliveira. Eu já disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o que tinha a dizer sobre o assunto. O que posso acrescentar é que achava muito bem que os senhores presidentes de Junta tivessem assento nos conselhos gerais. E não devia ser um, deviam ser todos os presidentes de Junta que fazem parte da área territorial do respetivo agrupamento, mas infelizmente a Lei não o prevê. Mas não é disso que estamos a falar. Nós estamos a falar de três representantes do Município. Não é? E se tivesse dúvidas, depois de ouvir a sua intervenção, ficava sem dúvidas nenhuma. E, portanto, volto a dizer, tem que ser alguém que tenha o perfil e as competências necessárias, mas tem que ser alguém também que se reveja naquilo que é a nossa estratégia. Relativamente à questão da proteção civil julgo que falamos uma vez sobre isso na reunião que tivemos com os senhores presidentes de Junta, a propósito da delegações de competências e disse-lhe que me parecia bem, até porque como sabem há alterações significativas, decorrentes das últimas tragédias e portanto haverá necessidade aqui de novas abordagens e quanto mais articulados estivermos melhor, para que o resultado seja aquele que todos desejamos. A este propósito, ainda há aqui muitas nuances, muitas dúvidas, nomeadamente no que respeita às limpezas, ao financiamento e ao *modus operandi*. Há cerca de meio ano, apresentamos uma candidatura para uma equipa de sapadores florestais que foi muito bem classificada, mas a dotação que existiu não foi suficiente para sermos contemplados. Acreditamos que agora a sensibilidade seja outra e venhamos a ser contemplados, porque as responsabilidades também serão acrescidas e nós queremos estar à altura do desafio, para que a dita prevenção não seja uma palavra vã em Lousada, como não tem sido, mas queremos reforçar ainda mais essa prevenção. Relativamente à questão dos problemas por resolver há meses, julgo que o senhor presidente está aqui a fazer uma confusão de assuntos. Uma coisa é um senhor presidente de Junta pedir-nos materiais para fazer obras novas, outra bem diferente é tapar buracos, trabalhos para os quais não há quaisquer restrições. O que aconteceu é que há dois ou três meses atrás, a nossa cisterna de betuminoso teve uma avaria grave, começou a arder e teve que ter uma reparação geral e demorou de facto bastante tempo. Aproveitamos a paragem para alterar o mecanismo, para o modernizar, mas esse equipamento já está disponível há umas semanas, só que entretanto veio o mau tempo. Essa dita cisterna, não é propriamente usada para tapar buracos, mas para novas pavimentações ou repavimentações. Para tapar buracos compramos antes das eleições uma máquina específica para o efeito. Presumo que já a tenham visto. É muito mais eficaz e eficiente e muito mais fácil de operar. Nós sentíamos, sobretudo quando andávamos a tapar buracos com massas a frio, que era um trabalho inglório, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bastava vir uma chuva e começava tudo a levantar novamente. Acresce que os nossos funcionários têm cada vez mais idade, por força do facto de nos últimos tempos não ter havido a possibilidade de renovação, e são cada vez mais aqueles que têm atestados médicos que declaram que não podem fazer grande esforço, pelo que é muito difícil a gestão de pessoal para aquilo que são as nossas necessidades. Ora, essa dita máquina tem a grande vantagem de não exigir grandes esforços físicos para operar com a mesma, para além de o resultado final ser muito bem conseguido e uma solução muito mais duradoura. Vamos também disponibilizar uma aplicação informática para descarregar nos telemóveis, para que qualquer cidadão possa reportar à Câmara os problemas ou incidentes de que tenha conhecimento, nomeadamente os buracos na via pública. A ideia é que o cidadão que faça essa denúncia possa depois acompanhar o desenvolvimento do seu problema até à sua solução. De qualquer modo, mesmo antes dessa aplicação estar pronta, a máquina está a funcionar já há algum tempo. Relativamente à intervenção do Dr. Ricardo Bessa Marques, não sei de que festa está a falar. Não sei que festa é que a JSD acha que não devíamos fazer. De qualquer modo, independentemente das festas, o compromisso é de não baixar o nível de apoio que temos vindo dar, quer seja às juntas de Freguesia e associações, que aliás foi reforçado, quer seja aos nossos concidadãos. E seguramente também no que respeita às bolsas de estudo há-de ser reforçado. De qualquer modo, todos os anos há uma proposta que é apresentada à Câmara Municipal, com o número de bolsas e os respetivos valores e portanto fica aqui o compromisso de não se baixar o valor e de haver um reforço. Em que medida é que vai ser esse reforço não lhe posso dizer neste momento, porque está dependente ainda da situação orçamental que não é aquela que eu desejaria, porque há aqui também a necessidade de realização de investimentos e por força do facto de termos prescindido de receita muito significativa, naturalmente que nos causa constrangimentos. E portanto este orçamento que vamos votar a seguir é um orçamento equilibrado mas que tem naturalmente esses constrangimentos, derivados do facto de termos prescindido de muita receita. De qualquer modo, seguramente que as bolsas vão ser reforçadas e portanto há-de ser um valor superior a trinta mil euros. -----

----- SEGUNDO PONTO: Fixação das Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar no ano de 2018 -----

----- Intervenção da Sra. Alexandra Bessa do Grupo Municipal do Partido CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente, senhores vereadores, senhores deputados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

público em geral presente. O CDS decide tomar a palavra para dar a conhecer que vamos usar do direito de abstenção, neste ponto. A taxa do IMI no zero vírgula três é para nós uma manutenção que é uma boa prática para as famílias. No entanto, relativamente à isenção proposta, não percebemos o impacto real. O número de famílias que realmente vão ser beneficiadas com a redução dos setenta euros à taxa do IMI, para estes agregados de três ou mais dependentes, que está aqui em questão nesta isenção. Assim gostaríamos de convidar o senhor presidente, a informar esta Assembleia sobre o número de famílias que é estimado a serem abrangidas por esta medida, em resultado do estudo que fizeram para validar a mesma.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD-PSD: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras vereadoras, caros membros, distinto público e comunicação social. Como é esta a minha primeira intervenção, após a última Assembleia de tomada de posse. Senhor presidente Dr. Pedro Machado, não poderia deixar de felicitá-lo pela vitória que teve nas últimas eleições. Acho também que lhe ficou muito bem em saudar a Bancada Parlamentar do PSD, na pessoa da nossa líder a Dra. Júlia Ribeiro. Democracia é isto, é parabenizar os vencedores e os vencidos. Quero também dizer, Dr. Pedro Machado, por uma questão de respeito, eu nunca o achei nenhum anjinho e não o acho um anjinho. Aliás neste ponto, nós vamos votar de forma favorável, votamos no ano passado de forma favorável, percebemos que o Dr. Pedro Machado, como há bocado afirmou, não é nenhum anjinho e percebemos porquê é que, só em ano de eleições, a taxa do IMI foi para o mínimo legalmente previsto. Percebemos também porque é que em ano de eleições, o ano passado, aqueles motivos e todas aquelas justificações que o Dr. Pedro Machado apresentou nos três anos anteriores, de que era impossível por dificuldades financeiras e devido a uma redução de receitas do Município, de que era impossível baixar para o mínimo legalmente prevista nesta taxa, ao contrário do que nós, no passado e muitas vezes através de mim, sempre que vínhamos aqui falar disto “cai o carmo e a trindade”. Nós percebemos que em dois mil e dezassete não caiu nenhum carmo nem nenhuma trindade. É evidente que vamos votar favoravelmente. Esta foi uma pretensão que há vários e vários anos defendemos. É positivo. Tem impacto e portanto até em termos de coerência pelo programa que apresentamos em campanha e que milhares e milhares de Lousadenses votaram, até por uma questão de responsabilidade política teríamos de votar favoravelmente esta medida. Nós se hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fossemos poder e não o somos, há que respeitá-lo, democracia é isso, esta também seria a nossa proposta. Nós teríamos ido mais além e cabe aqui também frisar o trabalho dos vereadores em reunião de câmara. Nós também teríamos aludido à redução do coeficiente familiar, 10 % para as famílias com um dependente, 15% para as famílias com dois dependentes e 20% para as famílias com três dependentes. Isso sim teria impacto nas famílias. Já sei novamente o que me vai dizer de que, nós como estamos na oposição e neste tipo de matérias é sempre a baixar, baixar, baixar.... E de que tudo o que nós dissemos ou nos propusemos qualquer dia não haveria dinheiro para investimento. Olhe Dr. Pedro Machado, se Deus quiser, daqui a três, quatro anos, quando for o ano das próximas eleições, e uma vez que o Dr. Pedro Machado esse mesmo que há quatro anos atrás e anteriormente quando era vereador e estava sentado aí ao lado do atual presidente da Assembleia Municipal, dizia de que eram irrisórias e irreais as nossas propostas para que fosse baixado para o mínimo imposto legal, quanto à taxa do IMI. Não me admira que daqui a três, quatro anos seja este Executivo Camarário na pessoa do Dr. Pedro Machado a vir aqui a esta Assembleia propor a redução dos coeficientes familiares da forma como eu há bocado indiquei. Sabe Dr. Pedro Machado, eu penso que foi ontem que li uma entrevista que o Dr. Pedro Machado deu num jornal local, a dizer de que este executivo é amigo das famílias Lousadenses. E agora vou-lhe dizer e vou ter muito cuidado com as palavras, não vou afirmar, mas apetece-me perguntar: O Dr. Pedro Machado nos três primeiros anos não era amigo das famílias Lousadenses? E vou mais longe, o atual presidente da Assembleia Municipal, anteriormente, também não era amigo das famílias Lousadenses?» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Sobre este ponto cumpre-me apenas fazer um reparo. É com enorme satisfação que vejo o valor mínimo do IMI e vejo a redução para famílias numerosas, portanto de três ou mais dependentes. Olhando à nossa volta, vemos que é uma iniciativa que muitos municípios não tomaram e em Lousada essa medida já vem sendo tomada. Há uma outra situação que o senhor deputado desta Assembleia, José Gonçalves mencionou agora, o facto de anteriormente o senhor presidente não se ter manifestado a favor. Noutra tempo não ser ter manifestado a favor e agora sim. E dois mil e dezoito não é ano de eleições. Há algo que eu quero dizer, o caminho faz-se caminhando. E se em alturas não é possível, é mais ou menos como nas poupanças domésticas, poupa-se numas alturas para noutras alturas ser possível. E é isto que às vezes nós temos de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ponderados. E o Dr. Pedro Machado, tem vindo a mostrar, claramente, que é uma pessoa ponderada. E se daqui a três anos isto acontecer, não será por causa das eleições, será porque há alguém que é metódico, tem um executivo que o acompanha e é metódico e não será por causa das eleições.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Senhor presidente permita-me só uma mera consideração, porque o Dr. Gonçalves citou-me sobre um tempo que eu já não vivo, e nem viverei seguramente a seguir. Sou munícipe e serei seguramente munícipe, espero durante o tempo que me permitirem ou que Deus me permitir aqui neste mundo. Não obstante, quero dizer-lhe uma coisa com clareza. E às tantas também pensa como eu aquilo que lhe vou dizer. Sei que às vezes é difícil, muitas vezes, admitir isto. Não obstante, penso que ao longo destes anos, a Câmara, o Município, a Assembleia foram evoluindo no sentido de cada vez mais devolver aos nossos concidadãos os rendimentos, que por razões óbvias e por lei, eram determinados como receitas próprias do Município, nomeadamente resultantes do IMI. Não obstante, isso parece-me que efetivamente é justo dizê-lo, que neste executivo e eu estou à vontade para o dizer, porque conheço com clareza, este executivo que acabou e que está agora aqui outra vez mas que acabou este mandato fez um esforço tremendo, ainda muito mais que aqueles que eu tinha presidido no sentido de ir de encontro a este propósito. E portanto, eu creio ter a confiança absoluta de que seguramente não será pelo líder do executivo e pela Câmara aqui também que não se conseguirá esse desiderato. Mas isto é o que dizia a Maria do Céu, que é esta ponderação que é o importante ter em conta, porque nós estamos aqui a representar todos os nossos concidadãos, de uma forma clara, isto é inequívoco. Não obstante, o Município, todos os dias é confrontado com a necessidade, como sabem muito bem, com a resolução de “N” problemas dos nossos concidadãos e tem que dar corte. Como é velho aquele ditado “*sem tostões não se compram os melões*”, isso é impossível. Não há passes de mágica que permitam fazer isto em sentido contrário. Não obstante e só para lhe dar um exemplo que vi agora plasmado ontem ou anteontem no Jornal de Notícias aquilo que está a acontecer em Paredes. O que é que aconteceu em Paredes? Eu pergunto o que é que aconteceu? As pessoas estão olhar para aí vejam. Eu não estou a trazer à colação isto por trazer. Vi no jornal aquilo que aconteceu. Eu pergunto que ponderação é esta? Para baixar tudo e depois ter dívidas tremendas. Nem tanto o caso de Paredes porque até parece que até em Felgueiras acho que o ano passado a taxa até foi ligeiramente mais elevada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

até que no ano anterior. O anterior presidente de Câmara de Felgueiras até teve essa coragem, no ano eleitoral até fazer em sentido contrário, porque sentiu provavelmente ou porque viu efetivamente que as finanças locais estavam a necessitar de alguma necessidade e a resposta que o Município tinha que dar às populações era consentânea com isso. Mas eu penso e é isso que eu quero reiterar, que de facto entendo e é a minha apreciação meramente subjetiva, mais como cidadão do que propriamente interveniente na vida pública política local, de que efetivamente, acho que a Câmara tem andado bem. No sentido de gradualmente, reduzir os encargos das famílias e nossos concidadãos têm tido em impostos municipais.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando por responder à Dra. Alexandra Bessa, que me colocou a questão concreta de quantas famílias é que irão beneficiar com o IMI familiar, ou seja, quantos agregados com mais de dois dependentes. São cento e sessenta e três famílias que vão beneficiar dessa medida. Quem nos dera ter mais famílias com três ou mais dependentes. Oxalá que no futuro isso venha a acontecer. Estou a reportar dados oficiais da Autoridade Tributária. Presumo que estejam corretos, temos que presumir todos. Relativamente à intervenção do Dr. José Gonçalves, disse que a taxa do IMI foi baixada em ano de eleições. Foi, mas também foi baixada nos outros três anos. Para quem não se lembrar, há quatro anos atrás, o compromisso que eu assumi com a população, foi de baixar gradualmente a taxa do IMI até ao mínimo legal. E cumpri escrupulosamente, ano após ano, havendo sempre uma redução gradual, até que no último ano se baixou para o mínimo. Seria impossível logo no primeiro ano reduzir para o mínimo? Para se ter uma gestão equilibrada, para se poder ter meios para realizar investimento, acudir às necessidades das famílias, poder colaborar com as associações e poder colaborar com as Juntas de Freguesias, e para fazer face aos compromissos que diariamente nos são suscitados temos de ter meios. É por isso é que nós não reduzimos de um ano para o outro, porque estávamos a viver, e ainda estamos, tempos muitos difíceis. Eu lembro que em dois mil e dezassete nós ainda recebemos de transferências do Estado, menos do que aquilo que recebemos em dois mil e dez. É preciso terem isso bem presente. Temos vindo a recuperar, é verdade, ano a ano, mas ainda estamos a um nível inferior daquilo que recebíamos em dois mil e dez. Eu lembro novamente que, com o fim da contribuição autárquica e o surgimento do IMI, nós fomos fortemente penalizados, de um ano para o outro começámos a receber menos novecentos mil euros. Também é verdade que entretanto temos vindo a recuperar, mas continuamos com menos receita. Nós em dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mil e quinze recebemos menos setenta e quatro mil euros de IMI que havíamos recebido em dois mil e catorze. Desconsiderando todos os anos anteriores, mesmo naquele que foi o meu último mandado, em dois mil e quinze menos setenta e quatro mil, em dois mil e dezasseis menos duzentos e setenta e oito mil euros e este ano, dois mil e dezassete, as nossas estimativas é que vamos receber um pouquinho mais, do que recebemos em dois mil e dezasseis. Mas mesmo assim ficamos ainda aquém de dois mil e catorze, em mais de cem mil euros. Acham que isto não é um problema? Qual era a vossa solução? Eu fico pasmado quando assisto àquilo que dizem sobre este ponto e depois, quando chegarmos ao ponto do orçamento, vão reclamar mais apoio para as Juntas de Freguesia, mais apoio para as coletividades, mais investimento, mais requalificação das estradas, até pavilhões multiusos vocês vão defender! Com que dinheiro? Qual é a receita mágica? É o endividamento? Se não é o endividamento, então só podia ser a subida de impostos. E então como é que vocês iam conseguir manter o IMI no mínimo? Iam lançar a derrama? Iam fazer o quê? Digam. Têm que dizer, senão ninguém vos leva a sério. Ou então têm que dizer que não fariam esta ou aquela obra, como aliás já o disseram a propósito da EB 2,3 de Lousada. Não venham com a história das festinhas, que toda a gente sabe quanto é que custa a animação cultural em Lousada. Os dados são públicos, portanto não vão por aí. E portanto se vocês querem um dia merecer a confiança dos Lousadenses têm que falar verdade, coisa que infelizmente tem faltado bastante. Depois queria dizer que nós, para além do mais, temos em Lousada, por opção do Município, coeficientes de localização muito baixos. Já foi dito aqui, repetidamente, todos os anos, quando o IMI vem à discussão e votação. Nós fomos o primeiro concelho do país a propor à Autoridade Tributária uma baixa dos coeficientes de localização. Aliás dizia-me há dias o meu colega de Penafiel, que depois sentiram-se também forçados a fazer o mesmo, porque nas zonas de fronteira é dramático, as pessoas começam a comparar aquilo que cada um deles paga. E de facto isso ainda acontece em todo o concelho. Qualquer cidadão de uma freguesia limítrofe que queira comparar uma casa semelhante, um edifício, um prédio semelhante com outro de outro concelho vai chegar à conclusão que o valor patrimonial é substancialmente inferior em Lousada, e isso é determinante para se aplicar as taxas. Portanto para além das taxas, temos que comparar também os valores patrimoniais dos prédios e em Lousada por opção da Câmara Municipal de facto esses valores patrimoniais são substancialmente inferiores porque temos coeficientes de localização muito baixos. Depois queria dizer que nós estamos em dois mil e dezassete, com a prática da taxa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mínima, a prescindir de um milhão e quatrocentos mil euros. Seria aquele valor, aquela receita que nós teríamos se tivéssemos a taxa no máximo. E se não fosse o máximo, se fosse uma taxa intermédia eram setecentos mil euros, que é o que a grande maioria dos Municípios pratica e que muita falta nos faz, para depois termos a possibilidade orçamental de levar a cabo algumas realizações que não conseguimos concretizar no tempo em que gostaríamos, por força dessa dificuldade. E se somarmos todo este diferencial desde de dois mil e treze, estamos perto dos seis milhões de euros. O que nós faríamos com seis milhões de euros? Portanto, temos feito de facto um esforço hercúleo para prescindir desta receita, mas foi um compromisso que assumi com os Lousadenses que vou honrar. Eu costumo dizer que se este dinheiro faria muito jeito ao Município, faz seguramente muito mais jeito aos nossos concidadãos, que passaram por momentos de dificuldades e a Câmara esteve aqui solidária com eles no esforço que tiveram que fazer para superar esta crise. Depois queria dizer ao Dr. José Gonçalves que tem que atualizar a sua legislação, porque agora o IMI familiar não se fixa em percentagens. Aliás, penso que foi fixado em percentagens só no primeiro ano. Agora é por valor absoluto. Agora para os agregados com três ou mais dependentes, não é uma percentagem, mas setenta euros que lhes são deduzidos. E depois para os dois dependentes e um dependente também é um valor absoluto, não é uma percentagem. Eu nunca disse que a vossa proposta era irreal (e não irrisória, como disse). Não é uma questão de ser irreal, é uma questão de termos uma gestão responsável e equilibrada. Porque, como digo, se nós prescindirmos de tudo e abdicarmos de tudo aquilo que é nossa receita, teríamos uma Câmara de gestão corrente para pagar despesa, basicamente de funcionamento. E eu acho que não é isso que vocês defendem para este concelho. Este executivo é “amigo das famílias”? Claro que é! Um executivo que prescinde todos os anos de um milhão e quatrocentos mil euros em benefício das famílias, que deixa um milhão e quatrocentos mil euros no bolso das famílias, é muito amigo das famílias, claro que é! Mas para além disso é um Município que pratica tarifas de água, saneamento e RSU equilibradas, que nunca promoveu a especulação imobiliária, com taxas urbanísticas também acessíveis, e por isso, de há muitos anos a esta parte, se consegue adquirir habitação em Lousada a preços muito mais acessíveis do que nos outros Municípios. Felizmente isso continua e por isso é que há cada vez mais construção em Lousada e cada vez mais jovens casais a procurar o nosso concelho, com certeza também pela qualidade de vida que conseguimos oferecer aos nossos concidadãos. Mas também porque a habitação é mais acessível e porque de facto o Município foi sempre um agente muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

responsável e cauteloso, nunca fomentou a especulação imobiliária, conforme aconteceu em muitos Municípios em que as Câmaras Municipais eram as primeiras a especular.-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação da taxa de IMI para prédios urbanos, no ano de dois mil e dezoito, de zero vírgula três por cento, conforme estabelece o nº 5 e a alínea c), do nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como, a fixação de uma redução do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2018, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de setenta euros” -----

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e quatro votos a favor e duas abstenções dos seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Alexandra de Fátima Pereira Ferreira. -----

----- TERCEIRO PONTO: Fixação da Taxa de Participação Variável no IRS do Município de Lousada para vigorar no ano de 2018. -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Apenas para dizer como é óbvio iremos votar favoravelmente, considerando também aquilo que tem sido a política dos últimos anos.» ----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Mais uma vez estamos a ser amigos das famílias. Quem me dera a mim que esta percentagem fosse superior, mas é aquilo que as condições orçamentais nos permitem e queria destacar que somos dos poucos municípios do país que prescindem da parte do IRS em benefício das famílias.» -----

De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar para os rendimentos do ano de dois mil e dezoito, uma participação de quatro por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Lousada, em conformidade com o art.º 26º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, conjugado com a alínea c) do nº 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: José Manuel Teixeira Gonçalves e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- QUARTO PONTO: Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2018. -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Dizer apenas que é uma taxa que, por força da lei, não pode ser repercutida no consumidor, mas que tem muito pouca expressão.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a vigorar no ano de dois mil e dezoito, de zero vírgula vinte e cinco por cento, a cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, conforme a alínea b), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro conjugada com a alínea n) do art.º 14º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- QUINTO PONTO: Aprovação do Documentos Previsionais para o ano de 2018. -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara, senhores vereadores e digníssimas deputadas e deputados, presidentes de Junta, público e comunicação social, aqui presente. Chamados a esta Assembleia para apreciação e votação dos documentos previsionais, a pedido do senhor presidente de Câmara e por sua proposta. Venho por este meio fazer a seguinte intervenção. Ora atendendo ao facto do pouco tempo necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para uma análise aprofundada dos mesmos e sem assessores técnicos nesta Assembleia, julgo eu, que nos permitissem um apoio técnico para o mesmo. Resta uma abordagem no plano das intenções e da boa-fé desta gestão autárquica e do pedido de aprovação dos mesmos. Evidenciando como argumento, que se vai esforçar, senhor presidente, por fazer cumprir este orçamento, que como diz, é provisório e que terá reforçado. Sem uma visão de investimento de fundo sustentável e sem prioridades elencadas para o concelho. Assim, o que ressalta destes documentos, como constantes e plasmados neste suporte de papel, são os quase setenta por cento de cabimentações deste orçamento para gestão corrente. Uma necessária argumentação que justifica a corrida aos empréstimos para fazer face aos imprevistos investimentos ou candidaturas ao programa 2020, a suportar pelo Município. Diga-nos pois senhor presidente, qual o volume de verbas previstas a alocar às candidaturas em curso ou programadas da responsabilidade desta autarquia. Diga-nos também, se faz favor, e a esta Assembleia, que através dela irá dizer aos Lousadenses que aqui representa, para quando prevê, planeia, projeta e coloca Lousada definitivamente no mapa da região do norte e do país? Quais as grandes prioridades do plano que quer implementar para o próximo ano de dois mil e dezoito e subsequentes? Como pensa assegurar as delegações de competências, e com que verbas e instrumentos? Onde está plasmado neste orçamento, provisório como diz, mas que apresenta a esta Câmara de representantes como aquele que quer ver aprovado com qualidade e propriedade, porque está tão preocupado com o descongelamento e progressões das carreiras dos funcionários públicos. Não sabia que esta medida iria ser tomada fosse qual fosse o governo em exercício? Porque não se precaveu para as reversões? Então não sabia ou não contava com as consequências do fim da famigerada austeridade e da saída do défice por procedimento excessivo? Está agora preocupado com as cativações? Já sabe como vai gerir o orçamento e que verbas vai cativar nos diferentes departamentos? Como está a pensar assegurar protocolos, manutenções de edifícios, património do erário público e programas protocolados com as Juntas de Freguesia e associações? Pode garantir a esta Câmara de representantes da população de Lousada, aqui e agora, que todos os investimentos realizados por via de empréstimos que contratualizou não hipotecarão o erário público? Ora acreditando nós, presentes aqui nesta sala, da bondade deste executivo e das reais preocupações e propostas de investimento face à grande ameaça que este concelho tem, que é a baixa escolaridade. E que afeta em definitivo o baixo rendimento per capita, aliás o concelho com a média salarial mais baixa do distrito do Porto, quinhentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e noventa euros. Como pensa ultrapassar este problema? De tantos anúncios que fizeram demonstrativos de uma preocupação com a aposta na educação, como pensa e para quando operacionalizar tais medidas? Até agora, só os centros escolares. E a monitorização? Onde anda a monitorização, do efeito desses centros escolares? O nível de abandono dos estudantes e o efeito da educação na progressão social. Não basta construir edifícios e centros escolares, é preciso, na nossa perspetiva, o apoio às famílias em educação. Onde estão os instrumentos de monitorização e de apoio a essas famílias? É evidente que já nos foi aqui dando alguns dados, relativos às cento e sessenta e três famílias que são beneficiadas pelo apoio das taxas mínimas. Não estará na altura de admitir que o aumento do valor e número de bolsas de verbas a atribuir às famílias, já o fez aqui. Ainda bem que foi em nosso mandato, foi por nossa intervenção e foi à custa da nossa pressão que veio aqui em definitivo dizer que vai aumentar o número de verbas e o valor das bolsas a atribuir ao ensino superior. Fiquei contente. Para que saibam é de elementar justiça que se apoiem os jovens deste concelho. É pela formação, pela educação, o único elevador social que estes jovens podem ter. É a única forma viável de dotar as famílias, estes jovens, de uma capacitação sustentável para deixarem de ganhar o ordenado mínimo e passarem a ganhar um ordenado de mérito, e fixar jovens na nossa terra. Já pensou que em breve vai ter mesmo que aceitar a municipalização da educação? Sente-se confortável com este orçamento? Espera confiança política desta Assembleia para o aprovar? Na base da boa-fé, do seu caráter provisório, do vosso plano de intenções, sofismado no orçamento, hipotecado à nascença e sem folga orçamental para investir em pessoas, nas famílias, na educação das crianças, dos jovens deste concelho. Diz que eles regressam, diz que eles se fixam cá. Olhe que eu não os tenho visto. As empresas que aqui temos não fixam jovens com ensino superior qualificado, muito poucos. Como nos garante que as premissas de que parte este documento são válidas e sustentáveis? Não parece que desta forma consiga convencer os que querem ser verdadeiramente esclarecidos e convencidos. Que a bondade deste orçamento tem por base a preocupação com o futuro e com o crescimento deste concelho. Não vou voltar a reavivar a famigerada ideia das festas e festinhas do pão e circo para garantir a manutenção do poder. Contudo parece-me ilegítimo que se continue a promover uma cultura concelhia do pensar pouquíssimo, do crescer nas aparências e deixar as pessoas crentes. Que os vossos propósitos são tão bondosos que só o tempo o provará. Pois é tempo de mais. Não, caríssimo presidente o tempo provou que chegados aqui somos um concelho bucólico, sossegado, bonito, para viver sim, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

pobre. Mas que se afasta cada vez mais daquilo que são as exigências da contemporaneidade do país e das reais necessidades deste, das empresas, da educação, da formação para o risco, da formação para as competências necessárias para viver nestes novos tempos, cheios de imprevisibilidade, onde o sucesso é estar melhor preparado do que o outro. Termino, lembrando que não colhe o argumento que tenhamos que ser nós, Coligação ou o Dr. Leonel Vieira, em reunião de Câmara, a demonstrar como faríamos melhor com muito menos. Compete-lhe a si, ao seu executivo provar com o que tem, ou com muito, se farão muito melhor nos tempos que se avizinham. Deixo aqui uma proposta, esta é minha, apesar de consertada com alguns membros a nível da educação. Esta é minha e do meu conhecimento do território do concelho, das necessidades das empresas e dos tempos que avizinham, temo que o ensino profissional saia brevemente, por mão deste governo, das escolas públicas. Proponho que, rapidamente, e se nós fossemos sufragados, vencedores isto iria acontecer, apostem na criação de uma escola profissional, que forme jovens na área da robótica, do CAD/CAM, da mecânica, que dê apoio às empresas do território. E se preparem para potencializar a nossa marca, e a nossa marca está no nosso euro-circuito, nos automóveis, está na fabricação e apoio a esta fabricação, está no conhecimento. Senhor presidente de Câmara este orçamento é demasiado esgrimado em contas, em despesas, acusa de pouca receita em nome das famílias, pois eu lhe digo, se as famílias estão assim tão bem neste concelho não se preocupe em baixar tanto as taxas.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Pela primeira vez, escrevi um discurso. Mas como me acusaram, publicamente, de vir a estas Assembleias para receber setenta e cinco míseros euros, senti-me na obrigação, pela primeira vez de escrever este discurso e dizer que estou preocupado. Pela primeira vez, vi alguém, que foi vereadora durante quatro anos ou cinco, até podiam ter sido vinte, com necessidade de assessoria técnica para ler documentos previsionais. Estou preocupado. Mais uma vez, os Lousadenses confiaram no Partido Socialista e nos seus eleitos para continuarem a liderar os destinos de um concelho que soma consecutivas vitórias e alcança sucessivos feitos nos mais diversos campos. Foi um sufrágio de pessoas, de ideias e de ideais, de posturas e de comportamentos, escolha de lideranças e de uma clara e inequívoca recusa do populismo, das propostas assentes numa utopia distópica é caso para dizer robótica e racional. Onde chegaram até a roçar a infâmia que é utilizar a baixeza de algumas armas para atingirem propósitos meramente mesquinhos. O reflexo da vontade dos Lousadenses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tem invariavelmente reflexos em sede de orçamento, nos impostos, nas taxas e claro está nos documentos previsionais, que claramente mais não são do que a concretização indelével daquilo que os nossos concidadãos ratificaram, ratificaram nas urnas. O nosso projeto político é diferente do vosso e isso toda a gente sabe. Lousada prosseguirá assim com um constante investimento descentralizado nas suas múltiplas freguesias, com apostas contínuas de futuro e que se revelam e revelarão como mais-valias importantes para o desenvolvimento de Lousada e das suas gentes. As claras apostas prioritárias no saneamento, nos equipamentos desportivos, na criação, manutenção e reparação da rede viária e nas infraestruturas do nosso parque escolar demonstram a aposta que tem de ser feita em áreas culturais do concelho mais jovem de Portugal continental e que não esquece as demais faixas etárias. Concomitantemente criam-se condições de melhoria na fixação e atratividade para pessoas e para empresas. Tudo isto redundava, como sucedeu ao longo destes anos num ciclo virtuoso que ninguém pode negar e desistir e ter condições para paulatinamente se desenvolver, afinal *“Roma e Pavia não se fizeram num dia”*. É certo que a luta eleitoral levou a acusações de obras imprevistas e de carácter eleitoralista. Afinal, todos sabemos, o desespero da terceira vez era bem visível. Mas a verdade é que as obras iniciadas continuam aí e são bem demonstrativas desse carácter integrado e planeado que o Partido Socialista e este executivo sempre tiveram em Lousada. Tudo continua meus senhores, continua as intervenções na rede viária, nos campos de futebol, iniciaram-se recentemente as obras em Casais, penso que também iniciar-se-á em breve a intervenção no pavilhão Vale Mezio, os protocolos e os investimentos estão a seguir os seus caminhos. É certo, meus senhores e minhas senhoras que não tardaram, faustos arautos, a encher o peito e a tentar roubar para si uma conquista que em boa verdade é de todos e há muito estava planeada. O costume, portanto numa guerra de guerrilha interna que também tem de ser jogada no grande palco e onde não há amigos, compinchas, nem companheiros. Quem quer, chama atenção, quem quer prega um clima democrático e plural, onde se diminuem e esbatem as diferenças partidárias. Não pode sair de uma reunião e assumir uma vitória pessoal por uma conquista que é de todos. Há quem não resista afinal a dizer que todos os outros são uns bananas. Mas a verdade é que ao longo dos últimos anos e num ciclo que é claramente para manter e para continuar a apostar, este executivo tem vindo claramente a empreender nas freguesias na descentralização e na aposta concreta no seu desenvolvimento e no das suas populações. Todos ganham, todos são tratados com igualdade e com critérios justos, sem pozinhos nas entrelinhas ou números de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Este executivo governa Lousada e não reclama, como todos nós que representamos os nossos concidadãos não o podemos fazer, investimento e obras, estão em ata, apenas para algumas Freguesias, mas em todas. Meus senhores e minhas senhoras temos de apostar na educação, é verdade. Eu bem sei que, já aqui se falou no último mandato, penso que foi a minha colega agora não está aqui a Dra. Cidália, que tínhamos muitas escolas, enchemo-nos de escolas. Será que há aí algo de avesso à educação? Será isto populismo? Não. Meus senhores nós temos de continuar a apostar na educação. É um bem de mérito e temos de acreditar e lutar para que Lousada continue a dar condições de estudo aos seus jovens. Na certeza que temos de continuar apostar em políticas de apoio ou rejuvenescimento populacional e ao aumento da população. A aprovação hoje aqui do IMI é exemplo disso. Não investir no nosso parque escolar é condenar-se o sucesso desta política e voltar a colocar Lousada no rumo dos piores indicadores. Num claro prejuízo que, longe de afetar apenas os nossos jovens nos afeta a todos como comunidade. Arautos menos faustosos têm vindo a pregar o insucesso desta política. Mas então não devemos investir nas escolas? São muitas, dizem, dão muito trabalho, dão muita despesa. Eu até acho que elas estão vazias! Nós sabemos qual é a vossa preocupação. É sempre o dinheiro, pois o dinheiro. Durante anos pregaram a insolvência do nosso município. Quando pelos vistos em detrimento de Lousada e nós compreendemos queriam dizer Paredes. Era a chamada receita à Celso onde o capão afinal tinha mais penas do que carne. Há uma coisa que todos temos de ter e de saber e ter consciência, querer taxas, impostos em mínimos em prol das famílias não é compaginável com elevados investimentos. Se não há dinheiro a entrar não pode haver dinheiro a sair. Não pensem que o Município funciona como quotas em que um dia alguém se lembra e paga uma batelada vinda de um qualquer poço ou mina de ouro, não. Está talvez na hora de apreendermos que o populismo bacoco e barroco em que podemos investir incomensuravelmente e sem receitas não colou em Lousada e não vai colar mais. É por isso que estes documentos traduzem um saldo positivo entre despesas e receitas correntes. E assim deve permanecer Dr. Pedro Machado e restante executivo na sua execução. Isto é importante, é imprescindível e é necessário em nome da sustentabilidade deste município. E por isso peço-lhe, faça aquilo a que já nos habituou, uma gestão rigorosa, capaz, consciente e séria deste município. Estes documentos e para terminar, traduzem igualmente algo que é consecutivamente criticado pela oposição, os aumentos com os custos de pessoal. Hoje não ouvi falar disso, até estranhei. Estão nestes documentos previsionais, aumento com o custo de pessoal, tudo graças ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desbloqueamento das carreiras, tudo graças ao aumento do salário mínimo. E hoje estamos aqui a votar documentos que têm de prever que os funcionários da autarquia serão aumentados. Claro está com toda a justiça e nós sabemos bem que sim, portanto boas notícias. Finalizo dizendo, meus senhores e minhas senhoras, que estas políticas que transparecem destes documentos previsionais devem ser enaltecidas por todos nós, independentemente da cor política, outro sentido com que aqui encontram e considerando sempre o superior interesse do nosso concelho. É por isso, claro está, que PS irá votar favoravelmente, em prol dos Lousadenses em prol de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. António José Pacheco Mendes do Grupo Municipal CDS-PP: «Gostaria de dizer que de facto do pouco tempo que dispus para olhar para os documentos, reparei e peço desculpa se erradamente, não me apercebi de investimentos a nível social, ao nível dos idosos. Estou de acordo e subscrevo tudo o que se possa fazer em prol da educação. Sempre fui e venho de uma família de poucos recursos que sempre apostou na educação dos seus filhos, acho que de facto é a melhor herança que se pode deixar. E é por aí o caminho, há bocadinho a Dra. Cândida dizia e muito bem, não podemos nivelar-nos por baixo, temos que crescer, ir mais longe, não podemos ficar nos baixos salários e na precariedade de alguns empregos, sei do que falo, há setores, que de facto estão implantados, muitíssimo, no nosso concelho, e que não nos garantem nada de pró-futuro, bem pelo contrário, trazem um stress diário porque não sabemos como será o dia de amanhã. Eu ia falar numa falha, a meu ver, que é a questão dos idosos e dos deficientes dependentes. Isto às vezes gera alguma dificuldade nas pessoas, penso eu, têm alguma dificuldade em distinguir, e há de facto uma diferença ser deficiente e ser deficiente dependente ou alguns até dependentes que ainda não tem o carácter deficiente, infelizmente a legislação em Portugal, e não é culpa da Câmara. Faz-se legislação em gabinetes e um individuo que não tenha uma perna, mas que se consegue mover com a ajuda de umas canadianas ou com os apoios tem um grau de incapacidade se calhar superior a quem tiver uma fibrose quística. De facto, é assim e temos que lutar contra isso mas também é verdade que os idosos deficientes, esses não tem voz. Embora se faça um dia por ano, em que se pensa muito nessas pessoas, se calhar o dinheiro que se gasta nesse dia, em flores, era melhor canalizá-lo para melhorar acessibilidades e para que essas pessoas tivessem mais apoio. E de facto, noto e toda gente o sabe, que o nosso concelho é um concelho muito jovem, o mais jovem, dizem. Mas também não é menos verdade e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

peço que me corrijam se estiver a dizer alguma barbaridade é dos mais envelhecidos deste país. Está no grupo dos cinco ou seis mais envelhecidos. É bom, é sinal que os idosos estão aí porque tiveram qualidade de vida, tiveram condições para viver, mas também devem ter condições para terminar a sua vida e não viver sobrevivendo e digo isto com conhecimento de causa, mesmo na área do meu trabalho. O nosso concelho não tem condições para acolher, tratar e apoiar os jovens, seja a acolher, seja no tratamento, seja no acompanhamento durante o dia dos seus idosos e dos seus deficientes. Os tais deficientes dependentes. Quero com isto dizer que uma das causas maiores do absentismo da indústria, é de facto pelo apoio, muitas vezes, às famílias. Sabemos que muitas destas pessoas do nosso concelho recorrem a concelhos vizinhos para passar o seu dia, para conseguirem ter qualidade de vida. Acho que é “*Panne*” neste executivo o fraco investimento nessa área. É verdade que o nosso concelho tem muitos centros de dia, se calhar. Mas os centros de dia, que nós temos, perdoem-me a comparação, se calhar não passam de uma concorrência desleal aos cafés e aos salões de jogos, em muitos casos, porque, vai-se lá para passar um bocado de tempo, bem passado, quem tem qualidade de vida. Aqueles velhotes, aqueles idosos que conseguem ser autónomos e os outros, aqueles que precisam de ajuda da sua higiene pessoal, de acompanhamento ao nível das refeições e tudo o resto que é necessário? Penso que em Lousada devia-se apostar nisso e proponho aqui ao executivo, façam um esforço e como diria o vosso “mentor” ou o vosso chefe, com um bocadinho de imaginação e criatividade com certeza que arranjam algum dinheirito para investir nesta aérea. Penso que é muito importante fazer-se mais investimento nesta área. É uma área em que estou à vontade para falar, estou à vontade, como digo, quer por questões pessoais, quer por questões familiares, quer por questões de ordem profissional. Lido muito com estas dificuldades, com estas angústias de quem vai para o trabalho e deixa o seu marido, deixa o seu avô, o seu pai em casa em condições de muito precárias. Deixo então aqui este repto e espero que me deem ouvidos.» -----

----- Intervenção da Sra. Luciana Isabel Dias Martins do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Quanto ao tema que acabamos de falar, eu tenho a dizer que acredito que os movimentos seniores estão a ser muito bem trabalhados. Nesse ponto temos de saudar a Dra. Cristina e todo o executivo. No entanto, tenho só uma única crítica a fazer, que é a seguinte: Penso que o processo é muito demorado para conseguirmos a abertura. Falo no meu caso, em Aveleda, em que o presidente de Junta tenta há muito tempo a abrir um movimento. Desde que o tentamos abrir todo o processo tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lento, quando soubemos que iam abrir inscrições para fazer formações, foi no dia anterior, às dez da noite. A formação começou às nove da manhã do dia seguinte. Tive que sair de casa, importunar pessoas, pessoas que já estavam a dormir, pedir quase de joelhos para que fossem no dia seguinte à formação. Lá consegui que seis pessoas fizessem a formação para poder abrir o nosso centro de dia. Não posso dizer, nem podemos dizer, embora seja da minha cor partidária que não apoiamos os idosos, porque acredito que nesse ponto os movimentos séniores são uma grande iniciativa. Acredito que a Dra. Cristina tem trabalhado muito bem em termos de apoiar os movimentos séniores. Acredito que os apoios são bons. No entanto acho que precisamos de mais rapidez, mais celeridade, porque estou há muito tempo a tentar abrir o meu movimento. Tenho muitas pessoas que acreditam na minha palavra e no que sempre tentei demonstrar, na vontade que nós temos por abri-lo e não consigo. Não estamos a conseguir encontrar datas. Por isso saúdo mais uma vez o executivo nesse sentido, no entanto penso que temos de alterar alguma coisa, penso que a nossa Câmara deveria apostar em ter mais pessoal, pelo menos encarregue, porque acredito que seja um problema o facto de ter só a Dra. Cristina encarregue. É óbvio que uma única pessoa a tratar disto, que eu tenha conhecimento claro, não é capaz de estar atenta a todos os movimentos, já são muitos os idosos que temos. São muitos os apoios a dar, mas acho que se a Câmara apostasse em mais pessoas a trabalhar nesta área, em que se houvesse mais celeridade poderíamos realmente fazer algo mais e melhor pelos nossos idosos.» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Regresso aqui por dois motivos, um deles porque me esqueci de perante esta Assembleia, aproveitar a oportunidade da minha intervenção e solicitar a vossa colaboração no sentido de darmos voz às IPSS do concelho, às associações, para dignificarmos o trabalho deles, porque o Estado não consegue sozinho fazer o serviço incomensurável que os voluntários e os associados de todas as direções o fazem, não é por uma raridade que vamos deixar de valorizar o trabalho que é feito a nível concelhio. Sem as associações, sem inclusivamente os movimentos que são implementados no concelho, quer com o apoio da autarquia, quer a título voluntário, nós não conseguiríamos atingir esta tamanha falta de apoio que existe em retaguarda das famílias. Concordo com o senhor presidente do CDS-PP e uma fragilidade tremenda conseguirmos que as pessoas vão trabalhar deixando em casa familiares completamente votados ao abandono. E é literalmente abandono, porque ninguém vem resolver os problemas a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

casa. E não há dinheiro, não há dinheiro. Quem diz que há dinheiro que o prove, eu não tenho dinheiro para manter um enfermeiro de noite e de dia a tomar conta dos meus sogros, não tenho. E é isto que precisamos. E como não há esta retaguarda, temos que nos esforçar imenso e por isso aqui deixo mais uma vez um agradecimento profundo aos bombeiros e a todas as associações que aqui estão e tem feito um trabalho louvável. Em relação aos conselhos gerais, eu só queria deixar uma nota: eu reconheço que tem de haver uma representação da autarquia, é a lei que o diz, eles tem de estar representados. Um pequeno senão que não é político é um senão operacional, eu custa-me acreditar e a perceber que aja capacidade em termos de gestão, mesmo de trabalho e de agenda dos próprios dos vereadores presentes em todos os conselhos gerais que garantam, que eles vão poder ao longo destes quatro anos, que é o limite neste caso, desta votação e desta eleição, que vão estar com toda a qualidade e com todo afincamento nestas reuniões. O que tem acontecido e nos conselhos gerais por onde tenho passado, é que, os técnicos das autarquias, técnicos especializadíssimos na área da educação, estão em representação das suas vereações. Isto quer dizer que são pessoas capacitadas, são pessoas de confiança, mesmo política, possivelmente de certeza que o são, senão não estariam também nesses órgãos e que poderiam perfeitamente representar a autarquia nesses lugares. Não se trata de uma questão, a meu ver, de interesse político de controlar todos os conselhos gerais. Não vejo por aí a questão, vejo mais no sentido de terem um projeto para o concelho a nível educacional e quererem estar em todas, é um bocadinho diferente. Querem saber como as coisas vão estar a funcionar em todos os conselhos gerais e portanto dar o seu contributo. Em minha opinião, seria de boa gestão autárquica, fazerem-se representar nomeando técnicos especializados da autarquia na área da educação. Estava resolvida a questão, deixava de ser uma questão política e quem quisesse supor que era uma questão política já não era uma questão de boa-fé era uma questão de mau funcionamento das suas ilações. E em relação ao caríssimo deputado João, tenho-lhe a dizer que estive com muita honra estes cinco anos na vereação e quero-lhe também dizer que as minhas propostas e vai ter oportunidade de as ver reforçadas aqui ao longo destes quatro anos, as minhas propostas na autarquia foram quase sempre positivas, quase sempre de intervenção proactiva, dificilmente, só quando as coisas não eram bem esclarecidas em meu ver, é que tinha uma atitude demasiada crítica no sentido de acutilante, nunca me posicionei em nada como uma pessoa somente partidária. Sou uma cidadã de Lousada, eleita, neste caso como deputada, fui eleita como vereadora, acho que fiz o meu papel. E digo-lhe já, dei um contributozinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para que o pavilhão de Casais fosse construído. Sabia? Em relação à sua intervenção quero-lhe dizer também o seguinte: eu não estou aqui para brincar nem para ironizar. Eu quando falei dos assessores é evidente que nós não temos a assessoria técnica como tem os vereadores. Vocês não tem, pois não? Pois, nós também não, estamos no mesmo pé de igualdade e portanto, desde terça-feira que eu recebi os documentos à noite. Não temos oportunidade para, com eficiência, com eficácia, com proatividade, com transparência, com clareza consegui analisar todos os documentos, mas pode ter a certeza que a sua intervenção falhou ao lado da minha.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Só para dizer o seguinte: Depois de ter ouvido a Dra. Cândida com toda a atenção, e peço, isto de uma forma encarecida, que cada um dos temas que sejam vertidos nas intervenções, sejam alusivos ao ponto que está a ser controvertido. É isso que eu lhes pedia de uma forma clara. Não quero fazer interrupções de ninguém, não quero estar a corrigir ninguém.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Relativamente ao ponto que nos traz aqui hoje que é o orçamento e plano plurianual de investimentos para 2018 e seguintes. Eu gostava de questionar o senhor presidente: Tinha a noção de que não seria assim, mas posso estar enganado, isto hoje estamos sempre a apreender. Mas vi muito pouco ou seja as rubricas todas do plano plurianual coincidem basicamente sobre dois mil e dezoito e não há aqui um planeamento de outras obras e outros investimentos para os anos seguintes. Apenas em algumas rubricas em alguns pontos, será por ser muito em cima da hora, como disse há pouco que se preparou este plano e portanto não houve tempo de preparar para os anos seguintes, porque isto é um plano plurianual e basicamente só estamos a refletir sobre dois mil e dezoito. E por aquilo que me dá a reparar de facto este orçamento de dois mil e dezoito, basicamente no fundo é o reforço de verbas ou é uma aplicação das verbas para pagar as obras feitas em dois mil e dezassete. E portanto daí, se calhar perceber-se que efetivamente não há aqui uma possibilidade de planear um conjunto de investimentos para dois mil e dezoito e seguintes, porque de facto estamos a pagar um conjunto significativo de obras que foram realizadas em dois mil e dezassete, em ano eleitoral. Essa é uma questão. Não estou a dizer que seja sempre, só estou a constar um facto. E portanto contra factos não há argumentos. Segunda questão, eu de facto tenho ouvido o senhor presidente, ciclicamente, permanentemente, de uma forma quase exaustiva, segundo a segundo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dizer, este executivo é um executivo amigo das famílias. Nós abdicamos de um milhão e trezentos mil euros, anualmente por causa do IMI. Passado um bocadinho, nós abdicamos de um milhão e trezentos. Senhor presidente, nós já ouvimos isso, isso já está a cansar. Parece aquele pai que dá um carro ao filho e está-lhe sempre a lembrar “ Oh pá, eu dei-te um carro pá, mas o que eu abdiquei por ter dado. O que eu abdiquei. O conjunto de coisas que eu deixei de fazer para tu teres um carro”. Ou seja, senhor presidente, esse discurso, acho que já chega. Aliás, depois vem-se aqui dizer, relativamente a que nós somos defensores, o João Correia veio cá dizer, que nós não sabemos onde é que vamos buscar as receitas e que nós estamos sempre a defender que se baixe os impostos. Afinal, não sei quem é mais amigo das famílias. Quem é que ao longo destes anos sempre fez essa defesa exaustiva. Portanto quanto a isso estamos falados. Agora, o grande problema João, é muito simples, é que esse discurso tinha validade há quatro anos, há três anos, há dois anos e se calhar o ano passado. É que este ano já não há mais nada para baixar. Portanto nem o PSD, estiveste completamente distraído, porque o PSD votou o ponto relativamente à definição de taxas e licenças, votou favoravelmente, não se absteve, não votou contra, votou favoravelmente. Não foi com críticas, foi com uma sugestão muito pertinente, relativamente à abrangência do desconto que era dado para as famílias, relativamente à situação das famílias numerosas. Aí nós teríamos ido um pouco mais longe, mas não questionamos a opção que foi feita. Teríamos ido um pouco mais longe se fôssemos executivo. Aliás é preciso que fique aqui claro e que os Lousadenses saibam, qual é o valor, eu não sabia, fiquei a saber, que representa o tal desconto de setenta euros para as famílias numerosas. São onze mil e tal euros João, onze mil e tal euros, muito bem, parabéns. Esse é um grande desconto. Esse de facto foi um golpe de mestria que apenas tem efeitos de propaganda dizendo que pura e simplesmente este executivo é amigo das famílias, porque atribui um valor de desconto às famílias numerosas de setenta euros. Eu não estou a dizer que não é importante, porque nós o defendemos, só que a relevância deste desconto, é insignificante relativamente aquilo que representa, aí poderíamos ter ido mais longe, relativamente às famílias com dois filhos, pelo menos isso e com um filho. Aliás proposta que surgiu de um governo do Partido Socialista, tenhamos que ter a noção sobre isso. Só estou a dizer, não estou a discutir que é mais, que é menos, nós votámos a favor. Portanto, nós estamos satisfeitos com a proposta neste ponto, teríamos talvez ido um bocadinho mais longe até podemos discutir que noutras circunstâncias podemos ir mais longe. A questão é que já chega do discurso de que nós, Partido Socialista, é que somos amigos das famílias, já chega,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque não corresponde à verdade. Não venham atirar areia para os olhos das pessoas, porque nós sempre o defendemos aqui há muito tempo. Outra questão, este orçamento é legítimo, não estou a pôr em causa a legitimidade do orçamento, nem as propostas, nem as definições das estratégias, nem as definições das políticas que são feitas. São políticas efetivamente do Partido Socialista, deste executivo e que nos, vamos abster-nos, porque são as vossas políticas, as vossas propostas, é o vosso planeamento. Reparem, é o planeamento resultante das eleições, que representam um planeamento, apenas para pouco mais cinquenta por cento do eleitorado Lousadense porque cada vez que o executivo apresenta um orçamento que não é capaz de o negociar, digamos de ouvir a oposição que representa nesta Câmara um número significativo de Lousadenses, que confiaram também nas nossas propostas, é sinal que vocês estão a governar apenas para uma parte maioritária, é claro, dos Lousadenses, mas não para todos os Lousadenses. Isto fique claro com este orçamento. Finalmente, para terminar uma questão muito própria enquanto presidente da Junta. Senhor presidente já o questionei, aliás tive oportunidade de ter uma reunião com o meu executivo para apresentar um conjunto de propostas, mesmo não tendo sido convidado, mas tive a oportunidade de apresentar um conjunto de propostas para incluir no orçamento. Eu gostava de saber quando é que vai incluir no orçamento uma obra tão significativa como o alargamento da estrada de Santa Cristina e a ligação da Escola Secundária de Nogueira à Rua do Casal. Duas obras significativas, duas obras de uma grande necessidade, que o senhor reconhece que é. Gostava só apenas de saber se isto, para o ano não me parece que seja possível, não está plasmado no orçamento, mas se tem previsões que venha a ser incluído no próximo orçamento. Quando? Como? E em que moldes?» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Eu só venho aqui para alertar para dois pontos. Este orçamento não era o nosso orçamento se nós fossemos executivo. Este executivo tem toda a legitimidade democrática em propor este orçamento. Quero chamar a atenção para dois pontos, primeiro quanto à questão das despesas com pessoal, há um aumento de zero pontos cinquenta e cinco relativamente a dois mil e dezassete. É que quero frisar o seguinte, é que o nosso entendimento do peso burocrático e não só burocrático do Estado na economia. Pronto lá está, isto são propostas Socialistas e aqui nós diferimos, claramente. E cá está outro ponto, quando se fala e há bocado vieram dizer, quanto menos recebemos menos podemos investir. Mas depois temos que escolher os gastos e onde gastamos e como gastamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Este é um dos pontos que sobrecarrega, neste caso a Câmara em que nós diferimos, particularmente. Segundo aspeto, não é verdade que todas as freguesias sejam tratadas de forma igual, não é verdade. Basta perguntar aos presidentes de Junta que estão ali sentados daquele lado. E ouçam as respostas que eles dão. Aliás são eles próprios que se queixam de que em termos de escolhas, não é só para este, é para os orçamentos anuais, eles particularmente não são ouvidos. Os presidentes de Junta, não são todos vistos com os mesmos olhos, não são todos tomados como parceiros de forma igual. Estão ali vários presidentes de Junta que representam milhares e milhares de Lousadenses. Desde que Pias não conseguiu anexar Silvares e Alvarenga, esteve quase e é verdade, desde que o furacão Fausto passou em Alvarenga, pergunte na sua Junta ao seu presidente de Junta se ele é ouvido como os outros presidentes de Junta, nas escolhas para o orçamento da Câmara Municipal de Lousada.» -----

----- Intervenção da Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O furacão Fausto não passou lá, mas passou lá a tempestade Ana, no domingo passado. E sabe uma coisa, isto é uma coisa interessantíssima, ali a seguir ao lugar do Souto desmoronou terra. A passagem dos pedestres está completamente intransitável, em cima de uma curva, tem pedras no chão. Estamos há mais de cinco dias para o presidente da Junta, para o furacão Fausto ver o perigo que ali está. É só para lhe dizer isto. O furacão Fausto ainda não passou lá a limpar, nem pediu. É a atenção que ele dedica a Alvarenga. Nogueira já falou. Alvarenga não fala. Contra factos não há argumentos. É o furacão. Sinceramente, quer-se dizer, acho que é mais que distinto ou distintas as diferenças que nos separam. E é assim, Dr. Gonçalves você sabe que eu respeito-o muito, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, quando me fala da questão dos gastos. O Dr. Gonçalves disse que está aqui há muitos anos há bocado. É verdade, o senhor está aqui há muitos anos, ainda faz parte do mesmo partido que defendeu gastar dinheiro no parque de estacionamento do Senhor dos Aflitos, você não se esqueça disso homem. Isso está aí marcado, não se preocupe com a questão dos gastos, porque nós não estamos como está Paredes nem Paços de Ferreira. Nós, graça a Deus não caímos naquilo que vocês andaram anos e anos a pregar, antes de se virarem para as pessoas e de atacarem as pessoas, vocês durante três, quatro anos investiram na política do, está a falir, está na insolvência, os custos com pessoal não param de aumentar. O que é que isso deu? Zero. Perderam as eleições na segunda vez. Desta vez tentaram mudar o cenário, correu mal outra vez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Não vamos falar de outras freguesias porque não vale a pena. Isto tudo para dizer o quê?» -----

----- Intervenção do Sr. João Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, restante membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social. Nesta minha primeira intervenção queria saudar a todos com os votos que este mandato vá ao encontro das expetativas dos Lousadenses que nos elegeram. Espero que todos sejam capazes de deixar de parte os seus egos e consigam colocar Lousada e os Lousadenses sempre em primeiro lugar. Gostava de ver aqui neste ponto faladas algumas questões. Estava há bocado à procura, a tentar encontrar ali a minha cara amiga Maria Cândida Novais, que muito prezo e que não estava presente, mas queria-lhe perguntar o seguinte: Há bocado referiu e muito bem que a escola não se faz só com os edifícios e provavelmente, todos nós concordamos e provavelmente foi por esse motivo que o senhor vereador Dr. Leonel Vieira fez uma declaração de voto onde apresenta dúvidas relativamente à necessidade de requalificação integral da E.B. 2/3 de Cristelos, alegando que as restantes escolas tinham espaço suficiente para todos os alunos do concelho. Considera também um desperdício, obras de requalificação e eficiência energética na escola de Lagoas. A minha cara amiga, desculpe espero que nos possamos tratar desta forma, sempre nos tratamos assim, certamente concordará que a escola não é apenas um local para estarmos a depositar alunos quando os pais, os encarregados de educação estão para fora e ter alguém que tome conta deles, não é essa a nossa função, no caso somos os dois professores. Gostaria de saber se, quando é de escola pública que estamos a falar, já não interessa o direito à escolha da escola a que queremos que os nossos educandos possam frequentar. Queria saber se num cenário de redução de natalidade, considera má política a redução de alunos por turma, com conseqüente aumento de personalização do ensino. Eu gostava também de ouvir o senhor presidente de Junta de Freguesia de Nevogilde se concorda com esta intervenção do» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Eu vou interrompê-lo. Aqui há um momento próprio para este tipo de abordagem. Eu admito que a sua juventude nesta abordagem esteja a encaminhá-lo num sentido diferente. A minha abordagem, como há pouco tive a oportunidade de dizer, quando a Dra. Cândida fez a sua intervenção, nós tivemos um momento que passou há pouco, em que estas matérias foram objeto de intervenção dos membros aqui presentes. Agora neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

momento estamos a discutir especificamente a questão do plano e orçamento. Esta matéria, se me permite não é propriamente aqui neste ponto que deve ser discutida. Portanto eu pedia-lhes, que nos restringíssemos, exclusivamente à temática do ponto, porque em abstrato todas elas batem umas com as outras, se quisermos ir por aí fora. A questão de fundo é esta, pedia-lhe que se restringisse a esta questão.» -----

----- Intervenção do Sr. João Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente, peço-lhe desculpa, mas esta minha intervenção deve-se ao facto de eu ter lido os documentos e era neste ponto que vinha o assunto que eu estou a tratar. Foi neste ponto que foi referida a posição do senhor vereador da...» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (continuação): «Vamos lá ver, em abstrato, o orçamento versa sobre todas estas matérias. Tudo cabe aqui. Nós estamos aqui a fazer uma discussão numa temática, que tinha enquadramento há pouco, num ponto atrás. Acho que com pertinência, esta questão podia ser vertida, não foi. Agora se estamos aqui a abrir a discussão desta forma, não saímos daqui. Se não contextualizarmos isto de uma forma objetiva. Eu não preciso de voltar a dizer aquilo que já disse naquela primeira intervenção que fiz na primeira Assembleia. Pedi a todos os membros que tivessem uma abordagem consciente e conscienciosa e respeitosa em relação a todos. Eu não quero estar de uma forma arbitrária a tirar a palavra a uns e a outros. Tenho tido a disponibilidade para que cada um faça a intervenção, nos limites de cada um. E em particular todos sabem quais os limites, mais ou menos, onde podem chegar, e peço para que não esteja aqui eu permanentemente a fazer este tipo de intervenção que me parece pouco propositado. Agora, estas questões laterais da educação não me parecem para este ponto. Se tem a ver com o próprio orçamento, tudo bem.» -----

----- Resposta do Senhor Presidente de Câmara: «Começava por dizer que relativamente ao prazo para análise dos documentos, ele foi pouco, é verdade. Mas confesso que depois de ouvir algumas intervenções, acho que se déssemos um ano, ia ser pouco na mesma, porque é tanta a confusão de conceitos, que confesso que eu próprio fico baralhado. Mas vou tentar fazer um esforço para ser o mais explícito possível. Começo por dizer à Dra. Cândida Novais, que eu nunca disse que o orçamento é provisório. Este orçamento não é provisório. Este orçamento é aquele que é possível neste momento com as receitas que estão previstas para o próximo ano. O que eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

disse na reunião de Câmara e que reafirmo aqui, é que, a nossa expectativa é que seja possível alocar mais verbas para investimento. E quando eu digo investimento estou a falar do PPI, realização de obra material. Como é que vamos fazer isso? Como é normal e usual. Nos anos anteriores, através da utilização do saldo de gerência, por um lado, mas por outro lado também alocando fundos comunitários, cujos avisos de abertura estão para surgir. Portanto, não tenho dúvidas nenhuma de que este orçamento vai ser reforçado. Não é que seja provisório e vá passar a ser definitivo, não, vai apenas ser reforçado. Depois dizer-lhe que quem analisar, minimamente o orçamento e ler por exemplo o relatório, vê claramente que há aqui prioridades bem definidas. É certo que há algumas que não são de fácil leitura, porque as respetivas rúbricas estão no orçamento. Talvez por isso é que se ouviram aqui intervenções a dizer que este orçamento não investe nas famílias, não investe nas pessoas. Como sabem, o investimento, no sentido de obra física, está no PPI, e aí de facto não há nenhuma obra que tenha que ver de uma forma direta com o apoio às famílias, mais propriamente equipamentos sociais. Não tem, nem pode ter porque esse tipo de investimento não é da nossa competência. Mas o orçamento tem, ao nível de despesa, rubricas essenciais que permitem depois fazer esse dito “investimento” nas famílias e nas pessoas. Eu estou a pensar, por exemplo, na despesa com a educação, no apoio às associações, na despesa com transportes, quer o transporte escolar, quer o transporte de apoio à deficiência que tem um peso muito significativo, para referir apenas algumas despesas. Portanto eu sei que não é fácil depois ter essa perceção, mas de facto nós temos essa tradição, e bem, e este orçamento vem manter e reforçar algum desse apoio ao qual podemos chamar de “investimento”. Depois queria dizer-lhe que lhe fica mal dizer que é preciso colocar Lousada no mapa do País. Eu não conheço nenhum Lousadense que não se orgulhe de Lousada estar a ser cada vez mais badalado. Isso é notório, não vale a pena ignorar. Ainda há dias aqui o senhor presidente da Assembleia Municipal me dizia que um colega meu do nordeste transmontano, salvo erro, lhe dizia que conheceu Lousada há uns anos e que agora não parece o mesmo concelho, que nota-se que há aqui muito trabalho feito, nota-se que há qualidade de vida, nota-se que estamos num território atrativo e eu acho que esse orgulho Lousadense e o conhecimento cada vez mais profundo que o País tem de Lousada, ninguém questiona, nem ninguém deve questionar. Quanto ao pavilhão do Valmesio, desconheço qual a intervenção que a senhora deputada teve para a solução encontrada. Está certamente equivocada. O que me lembro, isso sim, é de dizer, no tempo em que era Vereadora, que se tratava de mais uma obra com fins eleitorais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Relativamente à delegação de competências, se bem percebi, estava a referir-se a novas competências, descentralização das competências do Estado. Não estou receoso de assumir novas competências, o meu único receio e expressei isso já nas instâncias próprias, é aumentar o grau de dependência do Município face às transferências do Estado. Na hora de se fazer o casamento é tudo muito fácil, vai correr tudo muito bem, mas depois surgem os problemas do dia-a-dia e sobretudo a necessidade de haver recursos financeiros para acudir aos problemas. E portanto o que eu tenho dito sempre, é que estamos recetivos a novas competências, mas fazemos questão que o dito envelope financeiro ou mochila financeira, como diz o nosso Primeiro-Ministro, que esteja devidamente identificado e que não se misture com as outras transferências, porque senão daqui a pouco, daqui a uns anos, daqui a uns mandatos, ninguém sabe quanto é que nós recebemos, se tem que ver com a delegação de competências, se tem que ver com tudo o resto. Nós assumimos esse desafio na educação e até agora temos esse controlo. Sabemos quanto é que o Estado nos transfere para educação e podemos monitorizar. E é isso que nós queremos nas outras áreas. Sendo certo que na educação já houve quem defendesse que essas transferências deviam ser incluídas no Fundo Social Municipal, o que não merece a minha concordância porque depois ninguém conseguiria saber se estávamos a ser penalizados ou não. O meu único receio é esse e portanto não vejo problema se isso ficar devidamente acautelado, claro e definitivo, não podendo ficar à mercê de um futuro governo poder vir a reduzir essas transferências. Acho que de uma maneira geral os Municípios estão apetrechados e têm essas condições para prestarem esses serviços de uma forma mais eficiente e mais eficaz. Acho que isso aí ninguém nega, a minha única preocupação tem que ver com a autonomia financeira do Município. Depois queria dizer-lhe que não estou preocupado com o descongelamento das carreiras. Não foi isso que eu disse. O que eu tenho dito é exatamente o contrário. Ainda bem que nós vamos ter mais despesa com pessoal! Aliás, confesso que não sei como foi possível passarmos esta travessia do deserto e motivar os funcionários com vencimentos baixos e congelados. Não foi nada fácil e portanto, esta despesa que se estima em mais cento e oitenta e cinco mil euros, ano, embora em dois mil e dezoito não vai ser o total, porque como sabe vai ser por tranches, 25% mais 25%. Mas se fosse os 100% estimamos um aumento da despesa em cento e oitenta e cinco mil euros, e essa despesa é mais do que necessária e merecida. E de facto para nós, executivo e dirigentes, não foi nada fácil motivar os funcionários quando passaram anos e anos com os vencimentos congelados. Alguns deles a desempenhar funções difíceis e com o ordenado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mínimo. Quem ganha o ordenado mínimo facilmente ganharia muito mais se saísse para o privado e agora, com o crescimento da economia, isso é ainda mais evidente. É preciso gostarem muito daquilo que fazem para terem um bom desempenho, conforme têm tido. Relativamente aos empréstimos, também fui questionado se os empréstimos não vão hipotecar as finanças Municipais. Eu lembro que no último mandato, apesar dos empréstimos que contraímos, chegamos ao final do mandato e baixamos substancialmente a dívida bancária, e por isso, se é certo que contratualizamos os empréstimos também é certo que amortizamos muito mais do que aquilo que contraímos. Portanto, chegamos ao final do mandato com o nível de dívida inferior. Relativamente ao apoio às famílias, como disse, está um pouco diluído por diversas rubricas do orçamento. Está, desde logo, na redução da receita, através da taxa mínima do IMI para todos, no IMI familiar, no IRS, mas também nos tarifários sociais. E ao nível da despesa está no apoio social para as famílias mais fragilizadas, nas bolsas de estudo, no apoio à terceira idade, nomeadamente nos apoios que damos diretamente, ou no apoio que damos através das IPSS, na despesa com a educação, nos apoios às coletividades, enfim, em muitas outras rubricas de despesa que se refletem nitidamente em apoio, em “investimento” nas famílias e nas pessoas. Depois também disse que foi por vossa pressão que eu admiti reforçar as bolsas de estudo. Não. Se calhar não leu o nosso programa eleitoral. Se tivesse lido, às tantas até tinha ponderado melhor o seu voto, e teria verificado que era umas das medidas do nosso programa eleitoral. Não dissemos, como vocês, que íamos duplicar o valor das bolsas. Dissemos que íamos reforçar a despesa com as bolsas e é seguramente isso que vai acontecer. Se tivesse lido o nosso programa eleitoral teria também verificado que consta lá um projeto dedicado à formação e ao ensino profissional que nós queremos concretizar e que não vai ser fácil, porque requer investimento. Essas oportunidades de que falou estão devidamente identificadas e temos feito esse trabalho de sinalização e encaminhamento dos alunos. Estou-me a lembrar, por exemplo, de um trabalho que aqui o senhor vereador Dr. António Augusto teve há dois ou três anos, de conseguir uma turma, e não foi fácil, para frequentar um curso de mecatrónica no Porto, salvo erro em Perafita. Não foi fácil motivar os alunos para aquele curso. O certo é que é um curso de sucesso, com emprego garantido. Portanto a nossa estratégia passa por aí, passa por identificar áreas técnicas especializadas de grande empregabilidade e ter cá em Lousada os respetivos cursos. É um desafio que temos para o futuro e foi também um compromisso que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

assumimos. Li o vosso programa, mas confesso que tenho a ideia de que não consta lá nenhuma medida do género, mas posso estar errado.-----
Relativamente à intervenção do Dr. António José, acho que já fui respondendo à questão de estar, ou não estar, aqui neste orçamento “investimento” para os idosos e para os deficientes dependentes. Eu lembro que, por exemplo, o projeto da ACIP foi impulsionado por nós Câmara Municipal. Sentíamos essa lacuna no concelho e fomos nós que cedemos o terreno, a título de direito de superfície, e que ajudamos a desbloquear os canais para que aquele investimento fosse uma realidade. Eu lembro que estamos em sintonia com a Santa Casa da Misericórdia para se concretizar um outro importante investimento na área social para a dependência. Aliás, quando veio a Lousada o senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, aquando da inauguração de uma feira social, há dois anos, fizemos questão de o convidar a ir à Santa Casa e sugerimos ao senhor Provedor que fizessem uma apresentação desse projeto ao senhor Ministro. Estes projetos sociais têm duas dificuldades, uma é a realização física da obra, mas essa porventura é o problema menos difícil de resolver, porque para que seja sustentável um projeto destes, tem que haver o compromisso do Estado para celebrar os protocolos que asseguram a gestão daquela resposta social ou daquelas respostas sociais, uma vez que são todas elas deficitárias. E portanto não passaria pela cabeça de ninguém abrir respostas sociais sem os acordos com o Estado, com a Segurança Social, porque isso era falência certa das respetivas instituições. Também temos procurado desenvolver esse trabalho de desbloquear esses protocolos junto da Segurança Social. Tivemos dificuldades a esse nível, algumas das quais estão resolvidas, outras estão em vias de serem resolvidas. Eu lembro que nos últimos anos houve um investimento do Município na construção de edifícios de respostas sociais. Estou-me a lembrar por exemplo das IPSS’s de Sousela, de Lustosa, de Macieira, de Caíde, de Meinedo, enfim, temos procurado dar uma ajuda, na medida do possível, a todas elas. Mas depois surgiram as dificuldades dos acordos. Lembro-me que o equipamento social de Meinedo estava pronto e não podia funcionar porque não tinha acordos. Esteve assim largos meses e foi o senhor Ministro que desbloqueou a situação quando cá veio a Lousada. Aconteceu o mesmo em Sousela, mas aí avançaram com a resposta antes dos acordos e ficaram numa situação aflitiva. Tivemos que ir acudindo às despesas, porque a instituição estava mesmo numa situação insustentável. E por exemplo Caíde tem umas instalações magníficas e está a funcionar apenas com o ATL e o movimento sénior e pouco mais. Tem todas as condições para dar uma excelente resposta ao nível do SAD e está à espera dos acordos, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tudo indica que se vai resolver. Portanto também neste projeto da deficiência da Santa Casa é importante garantir esse apoio do Estado, porque, como disse, implica de facto muita despesa, só é sustentável tendo o apoio do Estado. Isto para dizer que de facto é um tema que muito nos preocupa, e tal como a educação, tem sido sempre uma das nossas prioridades. Depois só uma pequena correção. Nós somos de facto um dos concelhos mais jovens, mas não somos um dos mais envelhecidos, antes pelo contrário, somos dos menos envelhecidos. Ainda há uns meses saiu um estudo da CCDR-n, que aponta justamente para isso. O que não quer dizer que não devemos manter a preocupação de ter as condições necessárias para os nossos idosos e é isso que temos procurado. Discordo totalmente da referência que fez, de que os centros de dia não passam de concorrência aos cafés. De maneira nenhuma. Os centros de dia são de facto respostas sociais adequadas e importantes. O que nós procuramos e assumimos também como compromisso para este mandato, e agora respondendo um pouco também à Luciana, é que haja a resposta de movimento sénior em todo o concelho. Portanto íamos lançar esse desafio a todas. Os movimentos séniores são respostas sociais informais, ou seja, não são respostas apoiadas pelo Estado. Nós sentimos essa dificuldade, de não haver possibilidade de termos em todas as freguesias centros de dia, isso é impossível. Impossível por esta razão, porque o Estado não celebra protocolos para o efeito. Mesmo que se conseguisse instalações, não haveria acordos do Estado e até não haveria sequer utentes para todos. Portanto o que faz sentido é uma lógica concelhia, ou mesmo supra concelhia em algumas respostas sociais, como o próprio Estado defende. E achamos que havia algumas situações em que os idosos tinham um elevado grau de autonomia, e que uma resposta que lhes permitisse apenas uns momentos de convívio seria mais do que suficiente. E portanto a Câmara lançou o desafio, numa ideia bem conseguida da senhora vereadora Dra. Cristina Moreira, de se fazer uma espécie de sopa de pedra, ou seja, bastaria termos uma instituição que acolhesse essa resposta, uma Junta de Freguesia, uma IPSS, ou uma associação. Por outro lado, são necessárias instalações adequadas para o efeito, com o conforto mínimo indispensável. E mais importante ainda, são necessários voluntários que garantam o funcionamento da resposta social. Mas também temos que ter algum cuidado e, por isso, a resposta não se consegue concretizar num espaço de tempo tão curto, porque estando a Câmara associado ao processo, temos que garantir, desde logo, a segurança das pessoas, ver se os voluntários têm o perfil mínimo indispensável, se têm a formação indispensável. Temos que ver por exemplo se os próprios idosos têm também o perfil e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

condições adequadas, porque se o nível de dependência ou de autonomia não for ajustado pode haver problemas e nós temos que salvaguardar também isso. Julgo que foi isso que na altura não permitiu abrir a resposta em Aveleda. Foi muito em cima do ato eleitoral e portanto nós também tivemos imensos afazeres acrescidos. Mas a abertura de novos movimentos séniores é para nós prioritário, pelo que temos todo o interesse que se concretize em Aveleda, quer nas outras freguesias que ainda não têm. Temos todo o interesse em falar e pôr a funcionar os movimentos séniores em todas essas freguesias. É verdade que alguns idosos não têm possibilidade sequer de sair de casa, ou não querem sair de casa, e têm necessidade de outros tipos de cuidados de higiene pessoal, etc. Mas para isso há respostas. Aliás, pelo que sei, até há vagas em Lousada, no que respeita ao serviço de apoio ao domicílio. Em Meinedo, por exemplo, têm vagas. Respondendo agora ao senhor Presidente da Junta da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, questionou-me porque é que não havia aqui investimentos após 2018. Por uma razão muito simples. É mesmo assim e é a lógica que nós seguimos sempre. Só consta no PPI aqueles projetos que têm execução em dois mil e dezoito e que se prolonga por mais do que um ano económico. E portanto, se é um projeto para iniciar por exemplo em dois mil e vinte, não o vamos pôr já, a não ser que ele começasse por exemplo a nível do projeto a ser desenvolvido e tivesse despesa em dois mil e dezoito, aí sim, poderíamos dividi-lo por três anos económicos. A razão é essa. E a propósito dos excessos que todos nós vamos aqui e acolá cometendo, eu se calhar também cometo os meus, mas também não gostei de ouvir aqui o senhor presidente da Junta a dizer que está cansado de me ouvir a dizer que nós abdicamos de um milhão e trezentos mil. Eu também fico cansado de o ouvir às vezes, mas olhe, tenho esse respeito de o ouvir pacientemente e o senhor tem que fazer o mesmo. Portanto, estamos aqui num ambiente de democracia e desde que o respeito não falte temos que nos ouvir. Aliás até me vou corrigir a mim próprio, já agora, não é um milhão e trezentos é um milhão e quatrocentos mil, porque as contas que eu fiz e está na minha declaração de voto era considerando que a taxa máxima era zero quarenta e cinco, mas não, em dois mil e dezasseis a taxa máxima era zero ponto cinco. Se fizer as contas, não é um vírgula trinta e dois, é um vírgula quatro milhões de euros. Relativamente à questão dos parabéns, não percebi, estava à espera de quê? A lei só nos permite conceder setenta euros a cada agregado, são cento e sessenta e três dá os tais onze mil euros. Não posso alargar, porque a Câmara entendeu que o que faria mais sentido, e isso é que é verdadeiramente uma família numerosa, porque repare, esta lógica do IMI familiar tem que ver com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

incentivo à natalidade e no fundo beneficiar as famílias numerosas. É evidente que nos tempos que correm ter mais que um filho já não é para qualquer um, isso é verdade. De facto este apoio para as famílias com mais de dois dependentes não é muito relevante em termos de perda de receita, é verdade. Mas se fossemos abranger também os agregados com dois ou um dependente, aí sim já teria um peso significativo. Relativamente aos projetos que referenciou do alargamento da Estrada de Santa Cristina e da ligação EB 2/3 à Estrada Municipal 605, são projetos que temos a aguardar condições para a sua execução, já tinha referido isso nas reuniões que tivemos. É evidente que se não tivéssemos prescindido daquele um milhão e quatrocentos mil euros, era muito fácil de executar esta obra e muitas outras, mas tomamos essa opção em benefício das famílias Lousadenses. Agora temos que ter esta contenção ao nível da despesa com investimentos. De qualquer modo a nossa ideia é concretizar este projeto, conforme já lhe tinha dito, agora no âmbito da renegociação do acordo de parceria, haverá em princípio a possibilidade de elencar mais projetos no PAMUS. OPAMUS tem que ver com as acessibilidades e sobretudo o favorecimento das vias cicláveis e pedonais. Nós já conseguimos aprovar e esgotar quase toda a verba e tudo indica que vai ser possível enquadrar mais projetos e este eixo é para nós fundamental e portanto é uma janela de oportunidade que temos aqui para concretizar esse projeto. Depois, relativamente, à intervenção do Dr. José Gonçalves, disse que há um aumento com despesa com pessoal. Pois, já sabemos que sim e sabemos porquê. Mas depois fiquei confuso, porque diz que há uns descontos que sobrecarrega o orçamento, é verdade e onde nós divergimos, não sei porquê. Porque é que divergimos, fiquei sem perceber. Relativamente à intervenção do Dr. João Fonseca que não conseguiu terminar, mas eu percebi perfeitamente, é que na reunião de Câmara fomos criticados por estarmos a prever intervir em duas escolas do concelho. Uma é requalificação da escola EB 2/3 de Cristelos e a outra é a Escola Primária do Ensino Básico de Lagoas (Nevogilde). E o que consta nos documentos que terão lido é que será um erro fazer estes investimentos, porque porventura estas escolas não são necessárias. Eu não sei se a Coligação se revê, ou não, neste posicionamento, não vi ninguém aqui dizê-lo, mas o senhor vereador Dr. Leonel Vieira disse-o na reunião. Nós discordamos em absoluto dessa posição. Neste momento, não há condições para prescindir da EB 2/3. Como sabem a Escola Secundária está no limite. Ainda há dias estive com o senhor Vereador na EB 2/3 de Nevogilde e também perguntamos, só para confirmar, porque já sabia, e foi-me dito que a escola estava lotada. Aliás, o senhor Vereador disse na reunião de Câmara que inclusivamente para dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

resposta à Associação de Estudantes, foi necessário colocar lá um contentor. Em Nogueira também não há condições. Aliás, mesmo que houvesse condições noutra escola, haveria sempre o problema da logística e dos custos que implicaria a questão dos transportes. Por outro lado, nunca poderíamos ignorar o interesse manifestado pelos pais e alunos de frequentar este equipamento escolar. Acresce que, havendo uma oportunidade de alocar fundos comunitários para o efeito, que estão afetos apenas este tipo de equipamentos, seria um erro crasso não aproveitar essa oportunidade, ainda que no futuro, muito longínquo espero eu, não houvesse necessidade de afetar aquele equipamento à prática educativa. Seguramente que pela sua centralidade haveria de ter muito interesse para outras áreas, outras respostas. E portanto seria uma falta de visão muito grande e um erro crasso se não aproveitássemos esta oportunidade para requalificar aquele edifício. O mesmo acontece com a escola de Lagoas. Uma escola que apesar de ter um Centro Escolar a menos de um quilómetro, é uma escola com muita procura. Nós fomos desafiados, há três ou quatro anos, a colocar um contentor, porque não havia mais salas disponíveis. E no ano passado fizemos mais uma sala. É uma escola com muita procura, naturalmente os encarregados de educação reconhecem que tem uma boa prática educativa. Portanto nós vamos também aproveitar estes avisos da eficiência energética para requalificar aquela escola e outras que estão referenciadas também aqui no PPI. Posto isto, em jeito de conclusão, quero dizer que este orçamento é novamente um orçamento rigoroso, muito difícil por força dessa circunstância, enfim de estarmos limitados ao nível da receita, mas acredito quando estivermos na hora da prestação de contas que o cenário vai ser bem mais simpático do que este cenário que estamos agora a apresentar. Quando digo que ele não é muito simpático, naturalmente gostava de ter aqui muitas mais obras a realizar. Não tenho porque não há receitas mágicas. O orçamento não é elástico é aquilo que é possível apresentar em função destas circunstâncias. Não obstante, queria realçar que, mais uma vez, reforçamos o apoio para as Juntas de Freguesia, vamos manter o nível de apoio dado às associações, vamos manter o apoio social dado aos nossos concidadãos mais desfavorecidos. E como disse mantemos um índice de devolução fiscal verdadeiramente invejável se comparado com a realidade do país.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Investimentos para o ano de 2018, com relatório de apresentação do Orçamento e Normas de Execução Orçamental/2018, bem como respetivo Mapa das Participações da Entidade e Plano de Atividades e Orçamento para o Exercício de 2018 da Lousada Séc. XXI, conforme estabelece a alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o art.º 46º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por vinte votos a favor e dezasseis abstenções dos seguintes membros: Júlia Maria Ferreira Ribeiro, António José Pacheco Mendes, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Luciana Isabel Dias Martins em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires presidente da Junta de Sousela, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- SEXTO PONTO: Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018.

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Nós vamos abster. Achamos que este aumento do quadro de pessoal de mais oitenta e seis, não setenta e quatro é exagerado. Entendemos que uma vez mais, o que faltou aqui foi planeamento, diálogo e mobilidade. Se estes três índices tivessem sido executados pela Câmara, se calhar não era necessário um alargamento tão exagerado do quadro pessoal. Por último, reconhecemos que no sector da educação e no departamento de obras, em termos de pessoal, aí, estamos com um quadro um pouco deficitário. Sem isto mantemos o que temos dito em anos anteriores, a Câmara Municipal de Lousada tem funcionários excelentes, continuamos a afirmar: Uma das coisas excelentes, da Câmara Municipal de Lousada, é o seu património humano, ao nível de funcionários. Por último, senhor presidente da Câmara, iremos continuar muito atentos a estes concursos ou eventuais concursos ou eventuais concursos formatados ou eventuais concursos feitos à medida de não sei de quem. Estaremos atentos e estaremos cá para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

denunciar, se for caso disso de situações desse tipo.» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Senhor Presidente, só queria um esclarecimento. Como é que vai ou como está a pensar colmatar e conciliar esta contratualização de pessoal, com a integração dos precários e a nova portaria que sai em janeiro?» -----

----- Intervenção da Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vamos votar favoravelmente, pelas razões que por todos são conhecidas. E que é de louvar, que neste momento, haja um reconhecimento, de facto, que há uma situação deficitária de trabalhadores, quando ainda há três anos atrás havia um chefe.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “PPD-PSD: «Eu não afirmei que havia um índice deficitário de trabalhadores na Câmara. Eu apenas frisei, que reconhecemos que em duas áreas e concretizando a área da educação e departamento de obras, realmente é verdade, de que neste momento não há.» -----

----- Resposta do Senhor Presidente de Câmara: «Antes de mais, vou repetir-me. Já o disse aqui, talvez no ano passado, que registo com agrado a evolução que a Coligação teve, porque já tem uma visão de excelência dos funcionários. Já ando aqui há alguns anos e ouvi uma vez alguém dizer, já não me recordo quem foi, sinceramente, mas foi alguém da Bancada da Coligação, que os funcionários não eram recrutados pelas suas competências. Isso foi dito aqui, pelo que registo essa evolução. De facto temos funcionários excelentes. O mérito ainda deve ser mais destacado nas circunstâncias difíceis em que eles tiveram que desenvolver o seu trabalho nos últimos anos, decorrente daquilo que todos nós sabemos, da crise e do congelamento de salários. Queria ainda dizer que este é o quadro possível, também por força da contenção que tem que existir do ponto de vista orçamental. O número é substancialmente inferior àquele que resulta de uma primeira análise, pelo menos com efeitos orçamentais. Porque, por exemplo, no que respeita à educação, se é certo que há mais despesa, também é certo que há mais receita, porque é coberto pelo contrato de delegação de competências. E portanto havendo esta janela de oportunidade, tendo nós rácio para novas contratações, por um lado, e tendo problemas nas escolas, que têm sido minorados com recurso a contratos de emprego e inserção, temos que aproveitar a oportunidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Aliás, já há um concurso a decorrer para o efeito. Depois há aqui alguns lugares que vão ser preenchidos com recurso à mobilidade. Aliás, alguns dos funcionários já estão a desempenhar essas funções há um ano, dois, três anos, estou a referir-me por exemplo a assistentes técnicos que estão a desempenhar funções de técnicos superiores. Têm tido uma boa prestação e portanto é um ato de inteira justiça, no fundo, conceder essa mobilidade. E portanto do ponto de vista orçamental há um incremento mas não é a mesma coisa que contratar gente de novo. Só vamos mesmo recorrer ao concurso público nos casos em que não temos soluções internas e só se for estritamente necessário, conforme são estes lugares que estão devidamente identificados. Relativamente aos concursos, não poderia deixar de ser de outra forma, estamos obrigados a isso do ponto de vista legal e também temos esse imperativo ético, de ser o mais transparentes possível e dar oportunidade a todos. Já em tempos, no anterior mandato, esta questão também foi suscitada a propósito da abertura de um concurso, e na altura eu lancei o desafio aos vereadores da oposição de integrarem o júri de concurso. Sentia-me muito mais confortável. Mas depois tive indicações dos serviços de que isso não seria legal. Não estava convencido disso e pedi um parecer à Comissão de Coordenação da Região Norte e vieram confirmar que os vereadores, quer sejam do Executivo, quer sejam da oposição, não podem integrar os júris do concurso. Mas confesso que preferia isso, acho que não basta sermos sérios, mas também devemos parecê-lo e sentia-me mais confortável se os vereadores integrassem esse júri. A Dra. Cândida Novais levantou aqui uma questão muito pertinente, tem que ver com a questão dos precários. Naturalmente que só iremos abrir concurso depois de este assunto estar devidamente esclarecido. Estamos a aprovar o mapa de pessoal e não a abertura de concursos. Aliás, nos anos anteriores nós aprovamos aqui o mapa de pessoal e não abrimos concursos. Isto é um passo necessário, mas não o suficiente, depois é preciso, em concreto, ver se estão criadas as condições para se abrir os concursos. Naturalmente que não faria sentido em algumas áreas avançar antes de saber quais vão ser as regras da integração dos precários. Vamos aguardar por essa definição e depois tomamos essa decisão.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do mapa de Pessoal para o ano de 2018, conforme estabelece o n.º 4.º do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Li Geral do trabalho em Funções Públicas) conjugado com a alínea o) do n.º 1.º do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número cinco foi aprovada por dezanove a favor e catorze abstenções dos seguintes membros: Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Luciana Isabel Dias Martins em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente de Junta de Freguesia de Sousela e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- SÉTIMO PONTO: Aprovação de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigentes Intermédios de 1.º e 2.º grau para o mandado em curso.-

----- Resposta do Senhor Presidente de Câmara: «Só para dizer que na minha opinião não tem grande sentido ter que se aprovar esta proposta, mas é a lei que temos. Acho que isto devia ser uma decorrência da lei, porque se os dirigentes não recebessem estas despesas de representação, a maior parte deles recebia menos do que recebem da carreira.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau para o mandato 2017/2021, nos termos do n.º 2 do art.º 24 da lei 49/2012 de 29 de agosto.” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes, José Manuel Teixeira Gonçalves e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- OITAVO PONTO: Aprovação do Regime Excecional de Regularização de Dividas ao Município de Lousada.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regime Excecional de Regularização das Dividas ao Município de Lousada, constituídas ou que se venham constituir até 31 de dezembro de 2017, independentemente de ter sido, ou não, iniciado o correspondente processo de execução fiscal, nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 25 da Lei nº. 75/2013, de 12/09.” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- NONO PONTO: Autorização para a Realização de Obras ou Reparações por Administração Direta, até ao valor de 997.595.79€.------

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de autorização para realização obras ou reparações por administração direta, até ao valor de novecentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos, conforme dispõe o n.º 2 do art.º 18º., conjugado com o art.º 4º. ambos do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho.” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO PONTO: Aprovação da Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e Manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da Adenda ao Acordo de Execução Realização de Obras de Reparação e Manutenção nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, conforme estipulado na al. k) do nº. 1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12/09.” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Aprovação do Acordo de Execução Relativo a Obras e Melhoramentos na Rede Viária e Espaços Públicos. -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Esta negociação, digamos na linha do que ocorreu há quatro anos, foi um exemplo, como eu tinha referido também há quatro anos, um exemplo claro daquilo que tem que ser e deveria ser o tipo de abordagem que o senhor presidente da Câmara deverá ter com os presidentes de Junta, ou seja, precisamente negociação. Negociação é a apresentação de propostas, contrapropostas até que se chega um ponto em que ambas as partes, não estamos a falar de quem vai ficar prejudicado ou beneficiado, mas de facto, neste caso, acho que o concelho ficou beneficiado. As pessoas ficaram beneficiadas porque conseguimos, todos juntos, uma negociação que permite efetivamente que as Juntas de Freguesia façam uma administração de um valor acrescido, para manter os seus territórios e os desenvolver. Portanto esta negociação, no meu ponto de vista, devia ser para manter, devia ser para continuar, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

explorar, no sentido de que, tudo que tenha a ver com planeamento, tudo que tenha a ver com gestão integrada de todo o território do concelho, que também tem a ver com os presidentes de Junta que nele intervém, devia haver abordagens posteriores sempre no sentido de que haja um máximo de entendimento entre todos, porque quem beneficia são sempre as pessoas. E nós estamos aqui, para governar para as pessoas, trabalhar para as pessoas. Só para corrigir depois um ponto porque isto é muito pertinente. Na Coligação sempre apresentou um valor significativo de transferências. Cheguei a dizer numa primeira reunião ao senhor presidente que o valor que eu tinha trazido era um valor muito alto e que o tive, digamos de ajustar aquilo que foi a sua primeira proposta. E depois foi bom chegarmos a este ponto porque no fundo também era o ponto que nós pretendíamos enquanto Coligação, foi os 5%. Aliás estive até ao último minuto, estivemos nós, na Coligação, até ao último minuto para o defender. Portanto acho um bocado dispensável que tenha dito que tinha sido acordado o valor de 3.5 %. Nunca foi acordado o valor de 3.5%. Foi acordado, efetivamente, no final, o valor e chegamos ao valor razoável, nós também somos responsáveis. Somos responsáveis no sentido de perceber que não há fundos ilimitados e portanto que é preciso ajustar esses fundos, ajustar essa disponibilidade aos fundos reais que existem e valorizar, digamos, a sua execução. Num outro ponto, acho que era importante referir aqui uma questão. Muitas vezes o papel dos presidentes de Junta é desprestigiado, é desvalorizado. Este tipo de negociações no fundo é uma forma de valorização, de dar voz aos presidentes de Junta que eu gostava que continuasse e que os presidentes de Junta fossem mais valorizados, incluindo nas respostas aos ofícios, aos e-mails que nós mandamos, em tempo útil nas respostas às convocatórias ou nas respostas aos pedidos de reunião, para que sejam mais céleres. Nós tínhamos na Coligação uma proposta, da criação, digamos de um gabinete ou de alguém que permita ser uma via verde para os presidentes de Junta, resolver os seus problemas mais rapidamente, sobretudo a nível técnico, sobretudo a nível de execução de alguma situação e de resposta mais rápida a alguns problemas. Portanto não podemos estar, é uma questão a melhorar, tem a ver também um pouco com o espírito deste protocolo, de melhorar a relação entre as Juntas e a forma de funcionamento com a Câmara Municipal e com os serviços. Há bocadinho o senhor presidente falava relativamente às transferências do Estado, isto é sempre fácil de fazer um casamento, é um casamento fácil, e depois disse, que depois é que são elas. Eu espero que não aconteça isso com as Juntas. De facto fizemos um casamento fácil, chegamos a um acordo. É importante que efetivamente depois quando os presidentes de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta precisarem de materiais, na linha do acordo de colaboração e naquele ponto quatro, que tem a ver precisamente com essa negociação, esse casamento e essa realidade, não se torne aí difícil. Quanto ao resto também valorizamos e damos os parabéns pelo cumprimento nas transferências, foi uma conquista, que foi conseguida por todos, no sentido de sabermos, quando recebemos, a que horas é que recebemos. Isso facilitou muito a vida aos presidentes de Junta, pelo menos para contar com os valores que estão definidos. E para terminar é mesmo isso, dizer, trata-se de uma boa negociação. Aliás, houve propostas nossas da Coligação, no sentido de até assumir mais compromissos. E portanto que esse assumir e as nossas propostas, continuarão, terão da parte de pelo menos dos presidentes de Junta da Coligação, de apresentar propostas, ser colaborativos, estarem disponíveis para trabalhar, porque foi para isso que nós e o Executivo da Câmara fomos eleitos.» -----

----- Intervenção da Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Sem querer tocar muito nestas coisas dos senhores presidentes de Junta. Queria passar a citar o seguinte texto, está no facebook do meu amigo caro Fausto. “Foi claramente uma vitória pessoal e da Coligação Lousada Viva, o que foi conseguido nas últimas semanas nas negociações entre os presidentes de Junta e a Câmara Municipal de Lousada, relativamente aos protocolos de delegação de competências. Consegui ver aceite por parte do Presidente da Câmara, um conjunto de propostas por mim apresentada tais como: um aumento de cinco por cento no valor pelas transferências contra uma proposta inicial da Câmara Municipal zero virgula nove; um valor de cinco por cento sobre as transferências para aquisição de sinais de trânsito; uma cláusula de atualização anual das transferências em função da inflação; a publicação anual das quantidades dos materiais e seus valores transferidos para as Juntas a bem da transparência no relacionamento entre a Câmara Municipal de Lousada e cada uma das Juntas. Salientar que perante a imobilidade e conformação dos presidentes de Junta do PS, foi graças à persistência e às únicas propostas que apresentei em nome da Coligação Lousada Viva que foi possível melhorar este protocolo. Ainda assim aquém das nossas expectativas que nunca deixaram de ser responsáveis e na defesa intransigente das Freguesias e do papel dos presidentes de Junta no desenvolvimento do território. Tal, não foi conseguido como pretendíamos, mas congratulo-me pelo resultado positivo alcançado sempre no ambiente de diálogo que espero poder ser mantido”. Notaram a evolução do discurso, entre o “todos” e o “eu consegui”. E estes senhores que são presidentes de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta do PS, não fazem nada. Eu só quero dizer uma coisa. Estamos aqui todos para defender os interesses dos Lousadenses. Não se queira pôr em bicos de pés. Toda a gente nesta terra sabe o que se passou nessa reunião. Vamos ter calma. Nós não estamos interessados nisso. Nós estamos interessados em defender os interesses do concelho. Nós como fregueses estamos interessados em que a nossa terra se desenvolva e que todos os senhores presidentes de Junta tenham condições para desenvolver as suas tarefas e as competências que lhe estão adstritos. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa, para que fique claro, os cinco por cento, não foi o senhor que conseguiu e nós sabemos isso.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Era dispensável. Era completamente dispensável, só por um facto muito simples. Só para recordar. Depois de toda a minha insistência em nome da Coligação o senhor Presidente de Câmara afirmou uma altura que “eu consegui trazer o Rally de Portugal para Lousada”, é público, foi o senhor presidente que disse que fez. Portanto o senhor presidente da Câmara pode dizer “eu consegui”. Ninguém desmentiu, também ninguém desmentiu a posição que eu tive naquela negociação. Em nome da Coligação, o senhor presidente da Câmara pode ter vitórias pessoais. O Fausto Oliveira nunca pode ter vitórias pessoais nenhuma. Já percebi onde é que tu queres chegar, já percebi. Aliás, a tua preocupação com a minha pessoa é muito interessante e é muito interessante também a tua preocupação com o PSD. Aliás um dia destes eu vou pedir ali ao Simão ou ali ao Ricardo que te apresente uma ficha do PSD, para tu te inscreveres, porque andas muito preocupado com o PSD. Meu caro amigo João, no final da reunião depois de apresentado propostas por email, depois de terem sido apresentadas as propostas todas e de as termos discutido. Há aqui dois pormenores que é muito importante, é ou não é verdade, alguém que me desminta. Alguém que me desminta, vamos ponto por ponto. É ou não é verdade que as únicas propostas de alteração ao protocolo foram apresentadas pela Coligação? Sinais, clarificar a situação dos sinais como uma transferências de cinco por cento sobre o valor para que os presidentes de Junta assumissem essa responsabilidade e não andassem “tio ao tio” a pedir para a Câmara sinais com essa responsabilidade em termos práticos de manutenção e depois não ter os sinais. É verdade ou mentira? Verdade. É verdade ou não é verdade que tinha sido retirado do protocolo a situação da transferência com a apresentação dos valores de transferência de materiais para as Juntas, não sei porquê? É verdade ou não é verdade que foi sugerido por nós a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

retomada dessa proposta? Verdade. É verdade ou não é verdade que desde a primeira opção, com zero vírgula um por cento, onde foi notado um descontentamento de todos os presidentes de Junta sobre esse valor, de todos os presidentes de Junta. Desculpe, de todos os presidentes de Junta. Mas uma coisa é mostrar o descontentamento dos presidentes de Junta e outra coisa é não apresentar propostas alternativas a esse valor. Uma coisa é que, dá impressão que senhores presidentes de Junta do PS vinham para aquela reunião já formatados com o valor que o senhor Presidente de Câmara tinha negociado com eles. Isso é que é inadmissível se assim acontecesse. Se assim acontecesse era inadmissível. Inadmissível que os senhores presidentes de Junta tivessem o conhecimento que o senhor presidente de Câmara ia fazer um brilharete, apresentando um valor de cinco por cento e andou aqui a fazer um *faits divers* para negociar de zero um, zero três virgula cinco e depois chegar aos cinco por cento. A nossa proposta foi sempre transparente; cinco por cento. Chegamos desde a primeira reunião, com pelo menos cinco por cento. Alguém que me desminta do contrário. Desde a primeira reunião, senhor presidente pelo menos cinco por cento, porque tinha apresentado um valor que andava na volta dos doze por cento, mas que depois tendo em conta as despesas no âmbito das transferências desde dois mil e catorze até dois mil e dezoito se correspondia a dez por cento, em que eu disse, pelo menos pela metade. Portanto estas questões de vir para aqui atirar areia e dizer que o senhor presidente de Câmara, eu já estava à espera, que o senhor presidente fez um brilharete, ofereceu cinco por cento. Não, não, foi negociação. A questão, é esta foi negociação dura ao ponto de eu quando o senhor presidente de Câmara apresenta a proposta dos cinco por cento, eu ter-me referido à senhora presidente de Junta do Torno, dizendo assim, estava conformada com os três e meio por cento, então fique-se com os três e meio porque o senhor presidente agora vem apresentar os cinco por cento que nós pretendemos. Verdade ou mentira? Toda a gente estava condicionada que bastava os três e meio por cento. Quando eu referi que esses três e meio por cento eram completamente abafados pelo conjunto de transferências adicionais que foram incluídas no protocolo. Verdade ou mentira? Transferências adicionais de competências em alguns domínios mais para uns presidentes de Junta do que eu pedi depois clarificação ao senhor Presidente de Câmara, mais para uns presidentes de Junta do que para outros. Porque, quem tem o espaço das Rotas do Românico ficam prejudicados para quem não os têm. Quem tem territórios a limpar, sobretudo nas áreas das águas ficam prejudicados para quem não os têm. Não está clarificado. Não estão clarificados os limites desses terrenos nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quantificação dos quilómetros quadrados ou das áreas quadradas desses terrenos. Ou seja, eu não vinha aqui fazer este discurso, mas muito sinceramente há muita areia e também quero que vos diga, também há muita impreparação na preparação deste protocolo, porque havia de haver mais estudos. Estas propostas foram apresentadas sem quantificação, como é que um presidente de Junta pode assumir um protocolo sem quantificar a sua área a limpar ou se a sua área a intervir é de dez metros ou dez quilómetros como falou por exemplo o senhor presidente de Junta de Nevogilde. Colocou a questão e muito bem, quando disse: “Oh senhor presidente eu tenho uma área à beira da escola secundária que é uma área muito grande, em que é que ficamos?” Portanto, estas situações vamos ser claros, têm que ser tratadas com seriedade e sobretudo com clareza e com verdade, falar verdade. Agora a situação de eu assumir, sim fui eu que fiz o trabalho em nome da Coligação como tu ou como qualquer um que venha cá defender alguma posição faz o seu trabalho mas tem algum problema por causa disso. Mas estamos a onde? Estamos na União Soviética. Na União Soviética é que havia o espírito coletivista. Estamos muito longe disso meus amigos.» -----

----- Intervenção da Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Coletivista é você, pelos vistos fala por um coletivo. Não me tire você areia para os olhos, porque eu não sabia que o senhor tinha sido nomeado pelos senhores presidentes de Junta da Coligação Lousada Viva como seu representante. Eu até voltei a ler esta mensagem, o senhor Fausto diz, em nome pessoal e em nome da Coligação Lousada Viva, não diz em nome dos senhores presidentes de Junta eleitos pela Coligação Lousada Viva. É *faits divers*, vocês até que às vírgulas ligam. Acham que isto é *faits divers*. Senhor presidente, eu acho que nós temos aqui pessoas muito sensíveis e eu não quero prejudicar ninguém. Já vi que há ali pessoas muitas sensíveis, eu tomo a decisão democrática de me calar para não ter de ouvir.» -----

----- Resposta do senhor presidente de Câmara: «Vou fazer um esforço para não contribuir para este ambiente. Mas lamento, porque de facto o assunto até estava a começar de uma forma simpática, mas depois para ver quem mais consegue capitalizar a boa negociação e o bom acordo que existiu, acaba-se depois por se dizer mais do que se deve e entrar por um caminho pouco recomendável. Eu queria apenas fazer algumas referências em resposta ao senhor presidente da Junta. Relativamente por exemplo à questão da “via verde”. É um chavão que foi utilizado muito no último



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mandato, na campanha eleitoral, e acho que essa “via verde” sempre existiu. Julgo que todos presidentes de Junta têm o meu número de telemóvel. Quando não consigo atender, devolvo a chamada. Julgo que o mesmo acontece com os nossos dirigentes. É verdade que nem sempre recebem as respostas que gostariam de receber. É verdade em termos de solicitações, quando se trata de materiais, isso é óbvio, porque se fosse “via verde” para isso nós tínhamos que ser um autêntico estaleiro e não conseguimos vencer a vossa vontade. Isso é salutar, não é nenhuma crítica. Mas como sabem, pelas razões que há bocado elenquei, o orçamento não é elástico, nós temos que definir prioridades, temos que avaliar aquilo que querem fazer para definir algumas prioridades e tentar calendarizar essas intervenções. E às vezes a falta de resposta atempada tem que ver com isso, porque era muito fácil vocês fazerem uma solicitação e passados dois ou três dias dizer que não era possível. E portanto estava a resposta dada, mas não é isso que nós pretendemos. Por vezes demora tempo, porque está a decorrer por exemplo o concurso público de aquisição de materiais ou porque naquela altura não é oportuno, por força das obras que têm que ser compatibilizadas connosco, nomeadamente as nossas obras que têm que ser sempre prioritárias, porque temos o pessoal da administração direta e não podemos ceder os materiais e depois fazer-nos falta a nós. Portanto é esse equilíbrio que às vezes dificulta e traz essa demora na resposta. Relativamente, aos acessos aos serviços técnicos e a nós Executivo, acho que sempre houve e portanto seguramente que essa boa relação e essa proximidade tem e deve continuar a existir. Relativamente ao casamento fácil e desta boa relação de cordialidade continuar, pois da nossa parte tudo faremos para que assim seja. E depois dizer aquilo que todos sabem, as negociações são feitas mesmo assim. Cada um defende a sua tese e depois tem de haver cedências de parte a parte. E é assim que as negociações devem ser feitas. E portanto eu parti para esta negociação com uma proposta concreta que é zero virgula nove por cento que é justamente o aumento que vamos ter nas transferências do Estado. É um critério muito objetivo. E o senhor presidente da Junta defendeu que era insuficiente, face àquilo que são as necessidades das Juntas de Freguesias. E o que eu disse, como sabe, sempre, é que estava disponível para equacionar um aumento, desde que vocês também estivessem disponíveis para equacionar novos compromissos. O senhor falou aqui dos sinais, mas há uma série de outras responsabilidades que foram aditadas por força desse aumento que na segunda reunião eu propus de três vírgula cinco por cento. E sabe também que a reunião tinha acabado com o acordo, com esses três e meio por cento. É evidente que o senhor não ficou satisfeito, sim. Mas a reunião estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fechada com os três e meio. Estava fechada. Não ouvi manifestar-se contra, e, muito menos, efusivamente conforme se manifestou aqui. Se bem me lembro, disse; “senhor presidente veja lá se consegue mais qualquer coisa”. Aliás o senhor presidente de Junta da União de Freguesia de Casais e Nespereira também disse o mesmo, mas num ambiente perfeitamente saudável. Acreditem, ou não, os senhores presidentes de Junta do PS também souberam naquela hora da minha proposta dos cinco por cento. E portanto, mais importante do que saber quem é que teve mais mérito nas negociações é saber que conseguimos um bom acordo. E mais uma vez fica aqui demonstrado aquilo que acabei de dizer há pouco, é que a Câmara continua a considerar que a função de presidente de Junta é fundamental e por isso é que alocou mais recursos do que aqueles que alocou no mandado anterior. Isso é sinal da importância que atribuímos às vossas funções e que contraria aquela crítica que nos fizeram insistentemente alguns membros da Coligação, no último mandado, de que nós não dávamos a atenção devida aos senhores presidentes de Junta. E portanto acho que estes esclarecimentos bastam, pois se entrarmos por esse caminho, de dizer tudo o que se passou na reunião, acho que ficam mal, bastando pensar no incidente que sucedeu com dois presidentes de Junta da Coligação que não interessa aqui referir. Percebe? Há coisas que não vale a pena. No essencial cumpre-me dizer isto, chegamos a um acordo e congratulo-me por isso. Para se chegar a um acordo naturalmente que é necessário haver cedências de ambas as partes, conseguiu-se e acho que é isso que deve ficar registado, o resto é acessório, não interessa para nada.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Acordo de Execução Relativo a Obras e melhoramentos na Rede Viária e Espaços Públicos, nos termos da al. k) do n.º. do art.º. 25.º. da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes, João Carlos Pinto Correia e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. --

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Aprovação de Alteração ao Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Diretor Municipal de Lousada no Âmbito do Regime Excepcional de Regularização de Atividades Económicas.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração ao Plano Diretor Municipal de Lousada, no que respeita ao CAPÍTULO VIII – Disposições finais e complementares, onde é aditado o artigo 85º, sob a epígrafe “Regularizações no âmbito do RERAE (Decreto-Lei nº. 165/2014, de 05 de novembro)”, em cumprimento do n.º 1 do art. 90º RJIGT (D.L. nº 80/2015 de 14/05” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda., EM - Aprovação da Designação do Fiscal Único, bem como do respetivo suplente e respetiva remuneração para o quadriénio em curso. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: «A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta no sentido de designar o fiscal único da empresa local “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda.” para o quadriénio em curso, coincidente com o mandato autárquico, bem como do respetivo suplente e respetiva retribuição mensal, conforme estabelece o nº 2 do artº 19º e artº 21º dos Estatutos da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, Lda., conjugado com o nº 3 do art.º 26º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.» -----

----- A proposta número doze foi aprovada por dezanove a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Luciana Isabel Dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Martins em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da junta de Freguesia de Sousela, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda., EM - Aprovação da Minuta do Contrato-Programa para o Ano de 2018. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da minuta do contrato-programa para o ano de 2018, a celebrar com a “ Lousada Século XXI – Atividades desportivas e Recreativas EM – Sociedade Unipessoal, Lda, nos termos do consignado no n.º 5 do art.º 47º da lei n.º 50/2012 de 30/08” -----

----- A proposta número treze foi aprovada por dezanove votos a favor e 15 abstenções dos seguintes membros: Júlia Maria Ferreira Ribeiro, Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Luciana Isabel Dias Martins em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Manuel de Bessa Marques, Alexandra de Fátima Teixeira Bessa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Manuel Dias Furtado, Cidália de Lurdes Pereira Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente da junta de Freguesia de Sousela, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Projeto de Interesse Municipal Famo - Industria de Mobiliário de Escritório, LDA - Concessão de Benefícios Fiscais Municipais - Renegociação/Aditamento. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Aditamento ao contrato do Projeto de Interesse Municipal – Famo – Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda – Concessão de Benefícios Fiscais Municipais celebrado a 17/05/2017 pela inclusão de prédio rústico, contíguo ao prédio do projeto de investimento inicial, bem como os respetivos benefícios fiscais estimados a de investimento inicial, bem como os respetivos benefícios fiscais estimados a acrescer, que ascendem a cerca de 18.845,58€, por um período de 5 anos, ao projeto apresentado pela Famo – Industria de Mobiliário de Escritório, Lda, nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 25 do Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicas (Lei n.º 75/2013, de 12/09), conjugado com o n.º 2 art.º 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3/09) a aprovação do respetivo aditamento, bem como a concessão dos seguintes fiscais, no uso da autorização concedida pelo art.º 23º - A do Código Fiscal do Investimento (Decreto-lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março): a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção, total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativo ao imóvel com o artigo matricial 598, da freguesia de Boim, a adquirir pela entidade beneficiária para a atividade prevista no projeto de investimento; c) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de cinco anos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

relativo ao imóvel com o artigo matricial 598, da freguesia de Boim, a adquirir pela entidade beneficiária, utilizados na atividade prevista no projeto de investimento” -----

----- A proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de 34 votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- DÉCIMO SEXTO PONTO: Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Relatório Semestral relativo ao 1.º semestre de 2017. -----

----- No décimo sexto ponto Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório semestral relativo ao 1.º semestre de 2017, apresentado pelo fiscal único da “Lousada Século XXI”, acompanhado pelos documentos elaborados pela administração da “Lousada Século XXI. -----

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO: Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Relatório de Execução Orçamental e Financeiro do 3.º Trimestre de 2017. -----

----- No décimo sétimo ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de execução orçamental e financeiro do 3.º trimestre de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da “Lousada Século XXI – Atividades desportivas e recreativas EM – Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- DÉCIMO OITAVO PONTO: Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, Sociedade Unipessoal, Lda. - Instrumentos de Gestão Previsional do ano de 2018. -----

----- No décimo oitavo ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Instrumentos Previsionais para 2018 da “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA., nos termos e para efeitos do consignado no artº. 42º da lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela lei nº. 69/2015, de 16/07. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO NONO PONTO: Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Conselho Municipal de Educação; b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; c) Conselho Cinegético Municipal; d) Associação Nacional de Municípios Portugueses; e) Representante no Conselho de Comunidade do ACES Tâmega III; f) Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens, Lei nº 147/99 de 01/09. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta número quinze do seguinte teor: “Os membros com assento na Assembleia Municipal de Lousada propõem para representante: a) Conselho Municipal de Educação: Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia Cristelos, Boim e Ordem; b) Comissão Municipal de defesa da Floresta contra incêndios, Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); c) Conselho Cinegético Municipal, António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém; d) Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Eduardo António Sousa e Castro Taveira (efetivo) e Armando Jorge Mota Moreira (suplente); e) Representante no Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); f) Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens: Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita (efetivo), Júlia Maria Ferreira Ribeiro (efetivo), Maria José Pacheco Meireles (efetivo), Fausto Manuel da Costa Oliveira (efetivo), Antero de Sousa Correia (suplente), Jorge Manuel Dias Furtado (suplente), Eduarda Filipa Pereira Ferreira (suplente) e José Manuel Teixeira Gonçalves (suplente). -----

----- A proposta número quinze alínea a), c), d) e f) foram aprovadas por unanimidade de 34 votos a favor. -----

----- A proposta número quinze alínea b) Comissão Municipal de defesa da Floresta contra incêndios, Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), foi aprovada por 32 votos a favor e 2 contra. -----

----- A proposta número quinze alínea e) Representante no Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III, Armando da Costa Silva presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), foi aprovada por 33 votos a favor e 1 contra. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António José Pacheco Mendes e Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- Eram duas horas e seis minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

